

Veículo: Bahia Econômica	Online
Data: 03/11/2020	Caderno: Notícias



ESTADO REPASSA R\$ 3 MI DO PROGRAMA SUA NOTA É UM SHOW



5 Novembro, 2020

A campanha Nota Premiada Bahia, mantida pelo Governo do Estado por meio **da Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba)**, realiza mais um repasse de R\$ 3 milhões para as 523 entidades filantrópicas baianas ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Os recursos, cujas ordens de pagamento já foram emitidas e devem estar nas contas das entidades nos próximos dias, são relativos ao segundo quadrimestre de 2020, encerrado em agosto, e dividem-se em R\$ 1,5 milhão para entidades da área social e R\$ 1,5 milhão para as de saúde.

O pagamento contempla de imediato as 493 instituições cadastradas que estão em situação regular com o INSS e o FGTS, desde que os dados bancários informados anteriormente estejam corretos e válidos. Trinta instituições com pendências podem regularizar a situação em um prazo de 45 dias a partir de 21 de outubro, data em que foi publicada a autorização do pagamento.

“Estamos efetivando mais uma parcela de repasse às filantrópicas, o que em meio aos efeitos da pandemia deverá reforçar o caixa destas entidades que desenvolvem um papel importantíssimo de acolhimento e atendimento à saúde de uma parcela significativa da população baiana”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitório. Ele lembra que este é o segundo repasse do governo estadual às filantrópicas durante a pandemia: o primeiro foi feito em junho, também totalizando R\$ 3 milhões.

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no www.notapremiadabahia.ba.gov.br deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) e a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 34,8 milhões. Deste total, são R\$ 24 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e as duas deste ano, e o restante corresponde à regularização de etapas anteriores do programa, explica o superintendente de Gestão Fazendária da Sefaz-Ba, Félix Mascarenhas. “É importante que os responsáveis pelas instituições atualizem as informações cadastrais e também as bancárias, evitando, desta forma, o estorno dos pagamentos, por inconsistência de dados”, alerta o coordenador do programa na Sefaz, André Luiz Souza Aguiar.



Estado repassa R\$ 3 milhões a filantrópicas do Sua Nota é um Show de Solidariedade

4 novembro 2020

A campanha Nota Premiada Bahia, mantida pelo Governo do Estado por meio da Secretaria da Fazenda (Sefaz-Ba), realiza mais um repasse de R\$ 3 milhões para as 523 entidades filantrópicas baianas ativas no programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Os recursos, cujas ordens de pagamento já foram emitidas e devem estar nas contas das entidades nos próximos dias, são relativos ao segundo quadrimestre de 2020, encerrado em agosto, e dividem-se em R\$ 1,5 milhão para entidades da área social e R\$ 1,5 milhão para as de saúde.

O pagamento contempla de imediato as 493 instituições cadastradas que estão em situação regular com o INSS e o FGTS, desde que os dados bancários informados anteriormente estejam corretos e válidos. Trinta instituições com pendências podem regularizar a situação em um prazo de 45 dias a partir de 21 de outubro, data em que foi publicada a autorização do pagamento.

“Estamos efetivando mais uma parcela de repasse às filantrópicas, o que em meio aos efeitos da pandemia deverá reforçar o caixa destas entidades que desenvolvem um papel importantíssimo de acolhimento e atendimento à saúde de uma parcela significativa da população baiana”, afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitória. Ele lembra que este é o segundo repasse do governo estadual às filantrópicas durante a pandemia: o primeiro foi feito em junho, também totalizando R\$ 3 milhões.

Como apoiar

A Nota Premiada Bahia e o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade são iniciativas complementares: quem se inscreve no www.notapremiadabahia.ba.gov.br deve escolher até duas instituições filantrópicas, uma da área de saúde e outra da área social, com as quais irá



compartilhar todas as notas fiscais eletrônicas associadas ao CPF cadastrado no site. É preciso incluir o CPF nas compras realizadas em estabelecimentos que emitem a Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e) e a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e).

Desde o início da campanha Nota Premiada Bahia, em janeiro de 2018, os pagamentos às entidades vinculadas ao programa Sua Nota é um Show de Solidariedade já somam R\$ 34,8 milhões. Deste total, são R\$ 24 milhões em repasses relativos às sete etapas da fase atual – três de 2018, três de 2019 e as duas deste ano, e o restante corresponde à regularização de etapas anteriores do programa, explica o superintendente de Gestão Fazendária da Sefaz-Ba, Félix Mascarenhas.

“É importante que os responsáveis pelas instituições atualizem as informações cadastrais e também as bancárias, evitando, desta forma, o estorno dos pagamentos, por inconsistência de dados”, alerta o coordenador do programa na Sefaz, André Luiz Souza Aguiar.

Fonte: Ascom/ Sefaz



“ É
inconcebível o
funcionamento
de uma
sociedade sem
que haja o
cumprimento
de direitos e
deveres. Por
que não
criticam
também o
IPVA, que vai
para os cofres
do governo do
estado?

Sandro Régis

Deputado estadual do DEM e líder da
oposição na Assembleia, sobre os ataques ao
IPTU por candidatos a prefeito em Salvador

ECONOMIA

economia@grupoatarde.com.br

& NEGÓCIOS

IMÓVEIS Preço dos residenciais teve alta pelo segundo mês consecutivo

atarde.com.br/economia

Armando Avena


**ANÁLISE ECONÔMICA,
FATOS E NEGÓCIOS**
atarde.com.br/colunista/armandoavena
armandoavena@grupoatarde.com.br

A Petrobras está deixando a Bahia

Quando se fala em economia na Bahia, tem de se falar na Petrobras. As atividades da estatal são tão importantes que ainda respondem por cerca de 15% da produção industrial, 16% das exportações e 20% da arrecadação de ICMS no Estado. Mas agora é definitivo: a Petrobras está saindo da Bahia. Está prevista para dezembro a assinatura da venda da RLAM – Refinaria Landulpho Alves para o fundo árabe Mubadala, que controla a petroquímica espanhola Cepsa, que vai operar a refinaria. E a estatal iniciou a venda do Polo Bahia Terra, um conjunto de 28 campos de produção terrestre, com 1.700 poços em operação. A etapa de divulgação da oportunidade já foi divulgada e a empresa vai colocar à venda a totalidade de suas participações em poços na Bacia do Recôncavo e Tucano, em diferentes municípios da Bahia, incluindo acesso à infraestrutura de pro-

cessamento, logística e armazenamento. Segundo o diretor de relacionamento institucional da Petrobras, Roberto Furian Ardenghi, a venda de ativos está relacionada com o plano de desinvestimento da empresa – indispensável para reduzir o alto nível de endividamento – e com a estratégia de focar sua ação no seu core business, a exploração de petróleo em águas profundas e ultraprofundas na qual tem a melhor tecnologia do mundo. Furian afirma, no entanto,

que a Bahia vai se beneficiar do processo e lembra que a venda dos campos maduros vai permitir que médias empresas entrem no negócio petrolífero, e elas precisarão investir aumentando a produção e gerando emprego e renda em várias etapas do processo, pois será uma venda integrada que incluirá toda a infraestrutura logística e de produção. Furian lembra que nos EUA 25% da produção petrolífera está nas mãos de pequenas e médias empresas,

enquanto no Brasil esse percentual é de 5%. Em relação à RLAM, afirma que neste momento se processa a rodada final na qual as empresas que apresentaram propostas têm mais uma oportunidade de fazer uma oferta melhor do que a do fundo Mubadala, mas confirma que a venda deverá ser concretizada em dezembro, incluindo no pacote o Terminal de Madre Deus, o Temadre, o maior porto do Nordeste e que poderá operar cargas de terceiros. O diretor confirmou que a Petrobras não terá mais ativos na Bahia, mas garante que todos os empregos serão preservados, embora haja a possibilidade de transferência de trabalhadores para outros estados. A venda da RLAM já é uma realidade, aprovada inclusive pelo STF, e o importante agora é que haja investimentos e desdobramentos na mais importante naquela que ainda é a cadeia produtiva da Bahia.

Está prevista para dezembro a assinatura da venda da RLAM para o fundo árabe Mubadala

A estatal deu início à venda do Polo Bahia Terra, conjunto de 28 campos de produção

Biden, Trump e o Brasil

Escrevo este artigo enquanto John Biden e Donald Trump disputam voto a voto a presidência dos EUA. Torço por Biden, pois sua vitória será a vitória da democracia. Mas também por conta da economia, pois Trump restringiu a exportação de vários produtos brasileiros, como aço e alumínio, além disso tem um viés nacionalista e protecionista, enquanto

Biden reza pela cartilha da globalização. O democrata vai exigir uma política ambiental mais preservacionista e mais cuidadosa com a Amazônia, além de focar nas questões sociais, mas isso é bom. No mais, o Brasil tem um comércio exterior muito maior com a China, cerca de 30% das nossas exportações, do que com os EUA, em torno de 10%.

A política e a academia

A política entrou no Palacete Góes Calmon, a sede da Academia de Letras da Bahia. A casa da literatura, que deveria estar acima da política partidária, foi envolvida em uma disputa entre defensores do governo Bolsonaro e outros que defendem o Partido dos Trabalhadores, e assim a polarização política aboletou-se na casa de Arlindo Fragoço à revelia da

maioria dos acadêmicos. Instituições como a Academia de Letras e o Instituto Geográfico e Histórico são depositários da cultura e da tradição e jamais deveriam se envolver em política partidária. Não é a primeira vez que isso acontece e nem será a última, mas a Bahia quer de volta a serenidade e a elegância da Academia de Letras da Bahia.

PETRÓLEO Empresa pretende negociar a totalidade de suas participações num conjunto de 28 concessões de produção terrestre e encerrar atividades na Bahia

Petrobras anuncia venda de campos do Polo Bahia Terra

Luís Benedito / Agência Petrobras / 7.11.2013

MARJORIE MOURA

A Petrobras iniciou a etapa de divulgação da oportunidade (teaser) referente à venda da totalidade de suas participações em um conjunto de vinte e oito concessões de campos de produção terrestres, com instalações integradas. Os campos são localizados na Bacia do Recôncavo e Tucano, em diferentes municípios baianos (Polo Bahia Terra). Desta forma, a empresa vai encerrar suas atividades no estado onde jorrou petróleo no Brasil pela primeira vez.

As empresas interessadas não obrigatoriamente pertencem ao de ramo de petróleo, e, segundo a empresa, serão divididas nos grupos A, B, C e D, com empresas do setor de óleo e gás, investidores financeiros, empresas de trading, de downstream e transportadoras de óleo ou gás (logística). A oferta inclui acesso à infraestrutura de processamento, logística, armazenamento, transporte e escoamento de petróleo e gás natural.

Essa operação integra a estratégia de concentrar os recursos em ativos na produção em águas profundas e ultraprofundas, onde a Petrobras tem demonstrado grande diferencial competitivo ao longo dos anos.

O polo possui cerca de 1.700 poços em operação, 19 estações coletoras, 12 pontos de coleta, duas estações de tratamento de óleo, seis estações coletoras e compressoras, quatro estações de injeção de água, aproximadamente 980 km de gasodutos e oleodutos, além das bases administrativas de Taquipe, Santiago, Buracica, Araçás e Fazenda Balsamo.

Também fazem parte do



Oferta inclui acesso à infraestrutura completa, como logística e armazenamento

Polo Bahia Terra dois parques de estocagem e movimentação de petróleo com toda a infraestrutura de re-

As empresas interessadas não obrigatoriamente pertencem ao ramo de petróleo

A produção média de janeiro a agosto de 2020 foi de cerca de 14 mil barris de óleo por dia

cebimento, armazenamento e escoamento do petróleo para a Refinaria Landulpho Alves (RLAM). Contempla também a UPGN de Catue 10 subestações elétricas. A produção média de janeiro a agosto de 2020 foi de cerca de 14 mil barris de óleo por dia e 642 mil m³/dia de gás. A Petrobras é a operadora nesses campos, com 100% de participação.

Poderão ser incluídas no processo de cessão do Polo Bahia Terra as concessões correspondentes aos Polos de Miranga e/ou Recôncavo, o que será divulgado oportunamente.

As principais informações sobre a oferta e critérios de elegibilidade para a seleção de potenciais participantes, está disponível no site <https://investidorpetrobras.com.br/pt/resultados-e-comunicados/teasers>.

Perdas para a Bahia
O diretor de comunicação

do Sindipetro Bahia, Leonardo Urpia, explica que se trata de uma grande perda para a economia do estado. Além disso, o valor pedido é muito baixo e a venda vai fazer com que uma estrutura que levou 70 anos para ser concluída deixe de ser um capital público e passe a fazer parte do capital privado, com a venda, na maioria das vezes financiada com recursos públicos.

Urpia, que é funcionário da empresa e trabalha no Campo de Miranda, que também está sendo vendido, explica que muitas dessas áreas ainda produzem porque a Petrobras fazia investimentos.

Pelo novo modelo de negócios que leva à privatização da empresa, ele explica que, ao contrário desta prática, o atual modelo industrial do petróleo do mundo é predatório, sem investimento nestas atividades.

PIX

Especialista alerta sobre perigos de endividamento



VICTOR ROSA E
AGÊNCIA BRASIL

Considerado uma evolução no nosso sistema financeiro, o Pix já é uma realidade. A ferramenta possibilita pagamentos instantâneos que devem substituir o TED e o DOC. A novidade começou na terça-feira, na chamada fase restrita, que vai até o próximo dia 15.

Mas nem tudo pode ser uma novidade boa com a utilização do Pix. Apesar de a ferramenta garantir o benefício de até 30 operações gratuitas para pessoas físicas, também pode facilitar a utilização desenfreada do dinheiro em conta-corrente.

Segundo o PhD em educação financeira e presidente da Associação Brasileira de Educadores Financeiros (Abefin), Reinaldo Domingos, o Pix vai diretamente na fonte do dinheiro que está na conta-corrente, que em 10 segundos evapora.

“Ou seja, você pode ter acesso ao seu dinheiro no celular, através do QRCode, e comprar qualquer coisa em qualquer lugar. Você não vê, e isso vai eliminar a circulação das notas. Tem um problema seríssimo que o

dinheiro do brasileiro está curto e no momento de pandemia nós temos uma ausência de reservas financeiras para a conta bancária. Então onde o brasileiro vai buscar? Dentro do cheque especial”, explicou Reinaldo durante entrevista, ontem, para o programa Isso é Bahia, na rádio A TARDE FM.

Para o especialista, a pandemia da Covid-19 também acelerou um novo modelo de consumo, baseado pelos cliques no celular, sem a necessidade de se deslocar até uma loja física para realizar qualquer compra.

“Com a vinda do Pix, agora nós teremos 24 horas por dia e 365 dias por ano a possibilidade de ter acesso a este gasto. Nós somos um país emergente, capitalista e muito consumista. Quanto maior a facilidade, maior será a possibilidade de gastar seu recurso financeiro”.

Primeiro dia de teste

Das 9h às 17h do primeiro dia de teste em fase restrita, o Pix registrou 1.570 transações. O valor médio por transação somou R\$ 90, e a maior transferência de recursos somou R\$ 35 mil.

Nesta etapa, somente de 1% a 5% dos clientes dos bancos poderão enviar recursos pelo Pix. A partir do dia 9, os bancos ampliarão o público até o Pix operar plenamente, no próximo dia 16.



Reinaldo Domingos, da Abefin, esteve na A TARDE FM

CONTRAPESO Após passar com folga nas duas casas legislativas, a medida será promulgada

Congresso Nacional derruba veto

e prorroga desoneração da folha

RAUL AGUILAR

O Senado Federal aprovou, por 64 votos a 2, a derrubada do veto do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) à prorrogação da desoneração da folha de pagamento de empresas. Ontem mais cedo a Câmara dos Deputados já havia tomado a mesma decisão. Agora, a prorrogação será promulgada.

Bolsonaro vetou em julho item de MP que prorrogava até o fim de 2021 a desoneração da folha. Os representantes dos segmentos atingidos argumentam que o fim da desoneração, em um momento de crise econômica, geraria mais demissões, e a prorrogação preservaria estes empregos.

A desoneração da folha de pagamentos é uma medida governamental que permite a mudança do modelo de contribuição previdenciária das empresas, que poderiam optar pela contribuição sobre a receita bruta das empresas em vez da incidência sobre a folha. A medida beneficia empresas que juntas reúnem mais de seis milhões de trabalhadores dos setores calçadista, têxtil, de tecnologia da informação, construção civil e companhias do transporte rodoviário coletivo de passageiros.

Repercussão

“Isso é de suma importância para o Brasil de hoje, o Brasil



Senadores aprovaram a derrubada do veto do presidente Bolsonaro por 64 votos a 2

“O grande empresariado desse setores e trabalhadores saem ganhando com essa decisão”

ALICE PORTUGAL, deputada

pós-pandemia 2021, quando esses 17 setores, responsáveis por seis milhões de empregos no país, possam manter esses empregos, quem sabe até fazer a ampliação das suas bases industriais com novos investimentos”, afirmou o líder do PSD no Senado, Otto Alencar (PSD-BA).

O deputado federal João Roma (Republicanos) também comemorou a decisão tomada pelo Congresso.

“São setores muito fortes e de uma sinergia muito grande. É um passo fundamental para manter esses empregos, protegendo e projetando nossa economia para uma aquecimento na retomada”, disse Roma.

O deputado lembrou ainda que o mundo sofreu com o desaquecimento da economia e reforça que a derrubada do veto poderá gerar um “efeito de alavanca e ge-

IMPASSE

AGU: decisão sobre a vacina cabe ao Executivo

RAUL AGUILAR

Em manifestação após provocação do ministro Ricardo Lewandowski, relator no Supremo Tribunal Federal (STF) das ações ajuizadas por partidos políticos acerca da compra de vacinas contra o novo coronavírus e da obrigatoriedade da imunização, o Governo Bolsonaro, através da Advocacia-Geral da União (AGU), informou que é atribuição do Poder Executivo decidir quais vacinas contra o novo coronavírus poderão integrar uma eventual campanha de vacinação no país.

“Tal função cabe ao Poder Executivo que detém a expertise e os meios institucionais para definir a aquisição de uma, ou mais de uma, vacina segura e eficaz (quando houver) para aplicação em massa na população brasileira, sem riscos à

saúde pública”, ressaltou o governo no documento.

Em uma cruzada contra a vacina CoronaVac, produzida pela empresa chinesa Sinovac e testada pelo instituto Butantã, Bolsonaro espera que uma vacina sob tutela dos EUA possa provar sua eficácia antes da produzida pela China.

Articulação

Diante do aparente impasse, governadores têm se articulado com o Congresso Nacional para conseguir, junto ao Governo Bolsonaro, recursos para compra de qualquer vacina que se mostre eficaz contra o vírus.

O senador Angelo Coronel (PSD) diz que qualquer governante “deve seguir as orientações dos especialistas em saúde” tanto para escolha de uma eventual vacina, quanto para o processo de vacinação: “fora disso fica patente sua



Vacina é alvo de disputa entre Bolsonaro e oposição

irresponsabilidade”.

O coordenador da bancada de deputados federais e senadores da Bahia, Marcelo Nilo (PSD), afirma que o debate acerca da “vacina não pode ser politizado”, por se tratar “exclusivamente da vida das pessoas”. Nilo lamenta que Bolsonaro opte sempre por “politizar elementos da saúde pública” ao invés de “pensar na sociedade”.

Aliado do governo Bolsonaro, o deputado federal João Roma (Republicanos) pontua que uma eventual vacina precisa ter o “viés de proteger à população”. Roma defende que o imunizante contra Covid-19 terá que ter certificação da Anvisa no seu protocolo de segurança, mesmo que, “dada excepcionalidade do caso”, possa “autorizar o produto com ressalvas”.

Aprovada proposta que retira R\$ 1,4 bil da educação

DA REDAÇÃO

O Congresso Nacional também aprovou ontem um projeto de lei enviado pelo governo ao Legislativo que retira R\$ 1,4 bilhão do orçamento do Ministério da Educação (MEC) deste ano e repassa os recursos para obras. O governo prometeu que os valores retirados da pasta serão repostos.

Com a decisão, o texto vai à sanção do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Devido à pandemia, as sessões do Congresso têm sido realizadas por um sistema remoto de votações que exige que as votações de deputados e senadores sejam feitas separadas.

Remanejamento

A proposta autoriza o remanejamento e o uso de reservas de contingência que somadas chegam a R\$ 6,1 bilhões. Esses recursos vão sair de sete ministérios - sendo a maior parte (R\$ 1,4 bilhão) do orçamento do Ministério da Educação - e da Presidência da República.

De acordo com o projeto, o Ministério do Desenvolvimento Regional ficará com R\$ 2,3 bilhões. O da Infraestrutura, com R\$ 1 bilhão. Outros R\$ 724 milhões virão da reserva de contingência.

Havia outro projeto de valor próximo ao da infraestrutura. Os congressistas também aprovaram R\$ 6,2 bilhões para órgãos como o Ministério da Economia e o Fundo Amparo ao Trabalhador.

FRAUDES

PF investiga desvios em Ilhéus e Conquista

DA REDAÇÃO

A Polícia Federal (PF) deflagrou duas operações ontem pela manhã para apurar desvio de benefícios nas cidades de Ilhéus e Vitória da Conquista. Ao todo, foram cumpridos seis mandados de prisão temporária e 17 de busca e apreensão.

As operações foram deflagradas de forma simultânea, sendo que a Demisso se refere a casos investigados em Vitória da Conquista e a Persona Ficta, em Ilhéus.

As ações da PF têm como foco o combate a fraudes na obtenção do benefício de seguro-desemprego e em empréstimo com a Caixa Econômica Federal. Na Operação Demisso, uma associação criminosa especializada em fraudes de seguro-desemprego é investigada.

De acordo com a PF, o grupo simulava vínculos empregatícios fictícios mediante inserção de dados falsos nos sistemas públicos, além de inserir anotações falsas nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social, com o objetivo de simular o preenchimento dos requisitos para requerimento e saque do benefício de seguro-desemprego.

Esta organização funcionava a partir de três núcleos: a) mentores: pessoas responsáveis pela idealização, planejamento e coordenação das fraudes; b) apoio técnico: pessoas com conhecimento especializado que munia os investigados com informações

necessárias para realização das fraudes; e c) sacadores: pessoas que figuram como sócios das empresas fictícias ou como empregados dos vínculos empregatícios falsos, e que realizam os saques.

Já a Operação Persona Ficta, em Ilhéus, apura um possível grupo criminoso dedicado à prática de estelionatos por meio de uso de documentos falsos para contratação de empréstimos perante a Caixa Econômica Federal.

Os empréstimos eram realizados em diversas agências, sobretudo nas cidades de Itabuna e Ilhéus. Os investigados usavam documentos de identidade falsos criados com a própria fotografia, ludibriando a empresa pública federal, prática similar à de um “dublê”.

Segundo a PF, os empréstimos fraudulentos alcançaram mais de R\$ 200 mil.

As ações têm como foco o combate a ilicitudes na obtenção de benefícios a trabalhadores desempregados e empréstimos junto a CEF

PREFEITURA MUNICIPAL DE UAUÁ
RDC ELETRÔNICO 05/2020. PA 148/20. Edital 50/20. Menor preço. Objeto: pavimentação em paralelepípedo - Convênio Plataforma +Brasil 896884/2019. Acolhimento das Propostas: 06 a 26/11/20, 9h. Sessão: 26/11/20, 9h15. Site: www.litacoes-e.com.br. Edital: https://bit.ly/2RsnTn1 e https://bit.ly/3mOrXp. Informações: licitacao@uaua.ba.gov.br e tel. 7436731707, de 8 às 12h. Uauá/Ba, 05 de novembro de 2020. Max Denys Alves da Silva, Presidente da CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTRO ALVES
CNPJ N: 13.693.122/0001-52
AVISO DE LICITAÇÃO- PP Nº 042/2020
A Pregoeira realizará licitação na modalidade PP nº 042/2020 PA nº 087/2020 Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS. VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CASTRO ALVES - BA. Abertura às 09:00h dia 18/11/2020 na sala da COPEL, Praça da Liberdade, 376, Centro. Edital em: http://sai.io.org.br/ba/castroalves/site/licitacoesCastroAlves - BA, 27/10/2020. Naiane Souza, Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS
CNPJ N: 13.927.819/0001-40
AVISO DE HABILITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019
A Comissão de Avaliação Técnica do presente Chamamento Público da Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas/ Bahia, devidamente autorizada pela Portaria Nº 016/2019, para conhecimento de todos os representantes legais das empresas interessadas no Chamamento Público nº 002/2019, cujo objeto é: Contratação de serviços médicos (consultas especializadas) e procedimentos de saúde (média e alta complexidade ambulatorial) com base nas necessidades complementares de sua rede, nos preços fixados pela Tabela do Sistema Único de Saúde - SUS e Tabela diferenciada no Município Lauro de Freitas, torna público que, após análise de documentos apresentados na sessão realizada no dia 19 DE OUTUBRO DE 2020, às 10:00 horas na sala da Comissão de Licitação (COPEL), após realização da VISITA TÉCNICA para avaliação das estruturas físicas e técnicas das empresa pré-habilitadas, o relatório da visita concluiu pela HABILITAÇÃO das empresa: INTUITO PROVIDA, A.M.O FISIOTERAPIA E CLÍNICA MULTICARDIO. Susana Maria Sobreira - Pregoeira. Lauro de Freitas, 04/11/2020

AVISO DE RECURSO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2020.
A COPEL torna público o pedido de RECURSO da PE Nº 025/2020. Tipo: Menor Preço global. Objeto: Contratação de Empresa especializada para o fornecimento de solução integrada específica para o ensino fundamental na modalidade à distância, destinada às escolas da rede municipal de educação, composta por tablets contendo aplicativo do aluno, tablets para uso dos professores, ambiente web para professores e administradores escolares, com suas respectivas licenças de uso, incluindo os serviços de disponibilização de treinamento para o uso dos sistemas na modalidade EAD para os agentes de educação envolvidos, bem como os serviços de suporte técnico, customização, parametrização e aperfeiçoamento periódico dos sistemas. Conforme termo de referência e planilha no edital. Requisitado pela Secretaria Municipal de Educação. Impetido pela empresa: Conselho Rep. Imp. e Exp. de Peças para Aparelhos Eletrônicos e Publicidade Ltda. - Processo Administrativo - Nº 13143/2020, o inteiro teor do Recurso encontra-se à disposição dos interessados, exclusivamente via e-mail: copele2017@yahoo.com. Manoela Cristina Vieira do Nascimento - Pregoeira. Lauro de Freitas, 04 de novembro de 2020

“Convida-se o Sr. Gilberto José Pereira Carneiro, CPF 512.474.455-34 e a Construtora Tenda, CNPJ 71.476.527/0001-35, para assinatura na planta do imóvel (ART No BA20200316144), na qualidade de confrontantes do imóvel localizado à Avenida Allomar Baleeiro - Nova Brasília, Salvador/BA, CEP 41350275, de titularidade do Sr. Neirivan Lopes da Cunha Junior, com o intuito de regularização do imóvel”.
CPF do notificante: 021.246.935-57. Nome: Neirivan Lopes da Cunha Junior.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE DUTRA
Retificação do Extrato de Contrato 2713/2020, publicado no DOU (Seção 3 ISSN 1677-7069 Nº 201), Jornal A Tarde e Diário Oficial do Município, terça-feira, 20 de outubro de 2020. Onde se lida: Valor global: R\$ 201.300,00, passará a ser lido R\$ 161.739,00, permanecendo inalterado o restante do enunciado. Presidente Dutra/BA, 04 de novembro de 2020. Raimundo Mário P. Machado, Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAS D'ÁVILA
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP - Nº 045/2020
A Prefeitura Municipal de Dias d'Ávila torna público, que realizará no dia 17/11/2020 às 11h no site www.litacoes-e.com.br a licitação na modalidade Pregão Eletrônico SRP - nº 045/2020, tipo menor preço global, cujo objeto é Registro de Preço para futuro e eventual fornecimento de Máscara Cirúrgicas Descartável, visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Os interessados poderão obter informações e/ou edital gratuitamente no Site da Prefeitura www.diasdaviila.ba.gov.br, www.litacoes-e.com.br e ou na sala da Comissão Permanente de Licitação (COPEL) - Prefeitura Municipal de Dias d'Ávila, situada na Praça dos Três Poderes, bairro Lessa Ribeiro, s/n - Dias d'Ávila, Tel. nº: (71) 3648-3503.
Dias d'Ávila, 04 de novembro de 2020 - Mateus Oliveira Souza - Pregoeiro Oficial.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER
CNPJ N: 13.595.251/0001-08
COMUNICADO DE REMARCAÇÃO
COMUNICADO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2020 - COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA - CONDER
NÚMERO BB: 839431
A Pregoeira da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia - CONDER, comunica aos interessados no Pregão Eletrônico nº 008/2020, que tem como objeto a Locação de Veículos sem motorista que a nova data para a sua Abertura será 19/11/2020 às 10:00hs (Horário de Brasília). Família: 01.51
Os interessados poderão obter informações e/ou o Edital e seus anexos no endereço acima mencionado, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 17h30min, ou pelo endereço eletrônico: www.comprasnet.ba.gov.br e/ou www.litacoes-e.com.br. Maiores esclarecimentos através do telefone: (71) 3117-3476. Salvador-Bahia, 04/11/2020. Elisângela Maria de Araújo - Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RUY BARBOSA
TOMADA DE PREÇO 08/2020, Menor preço global. Objeto: Construção do cemitério novo no município. Dia 20/11/2020 às 8:30h. Informações: tel. 7532521043. Ruy Barbosa/BA, 05 de novembro de 2020. Luiz Claudio M. Pires, Prefeito.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA - CNPJ: 15.245.194/0001-62
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Pelo presente, ficam convocados os membros do Conselho de Representantes desta Federação, que se encontram no pleno gozo de seus direitos, para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, no dia 26/11/2020 em sua sede, na Rua Guedes de Brito, nº 25 S6 - Salvador - Bahia, em primeira convocação às 09:00 horas e caso não haja quorum em segunda convocação às 10:00 horas, com qualquer número, obedecendo a seguinte ordem do dia: a) Apreciação e aprovação do Balanço Financeiro exercício de 2019 b) Apreciação e aprovação da proposta orçamentária para o exercício de 2020. Fica convocado ainda o Conselho de Representantes para uma Assembleia Extraordinária no mesmo dia e local às 14:00 horas em 1ª convocação e às 15 horas em 2ª convocação com qualquer número, obedecendo a seguinte ordem do dia: Autorização à Diretoria para formalização de Acordos, Convênios e Dissídios coletivo por esta Federação. Salvador, 04 de novembro de 2020. NATANAEL VITÓRIA FERREIRA - Presidente.

Venda de veículos novos cresce 1,42% em outubro

SEXTA ALTA SEGUIDA A venda de veículos automotores novos registrou alta de 1,42% em outubro, em comparação com o mês anterior. Segundo dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve), divulgados ontem, foram comercializadas 332.888 unidades em outubro, ante 328.221 em setembro.

Esse foi o sexto mês seguido de alta nas vendas e o melhor resultado registrado no ano, até o momento, diz a Fenabreve.

Já na comparação com outubro de 2019, quando foram vendidas 367.599 unidades, a retração foi de 9,44%. Os números se referem a todos os segmentos automotivos somados (automóveis, comerciais leves, cami-

332

Mil veículos de diversos segmentos foram vendidos no Brasil em outubro. Facilidade no parcelamento e maior oferta de crédito são os motivos, diz Fenabreve

nhões, ônibus, motocicletas, implementos rodoviários e outros não especificados).

"O mercado vem, gradativamente, retomando bons patamares de venda. Ainda que com o mesmo número de dias úteis (21) de setembro, em outubro tivemos o maior volume de emplacamentos de 2020", destacou o presidente da Fenabreve, Alarico Assunção Júnior. "Notamos que os clientes estão mais confiantes e tomando a decisão de compra", completa Alarico.

Os emplacamentos de veículos no Brasil subiram 3,5% em outubro ante setembro, para 215 mil unidades. No acumulado do ano, de janeiro a outubro, 2.465.396 veículos novos foram vendidos, uma retração de 25,74% sobre o mesmo período de 2019, quando foram comercializados 3.319.946 veículos em todo o país.

Dólar tem maior queda diária desde agosto e fecha a R\$ 5,65

COTAÇÃO Num dia marcado pelos ânimos com a corrida eleitoral norte-americana e pela aprovação do projeto de lei de autonomia do Banco Central (BC), o dólar teve a maior queda diária desde agosto. A bolsa seguiu o mercado norte-americano e subiu quase 2%.

O dólar comercial encerrou ontem vendido a R\$ 5,657, com recuo de R\$ 0,109 (-1,89%). Essa foi a maior queda para um dia desde 28 de agosto, quando a cotação caiu 2,93%. A moeda está no valor mais baixo desde 26 de outubro, quando tinha fechado vendida a R\$ 5,612.

No mercado de ações, a bolsa teve um dia de euforia. O índice Ibovespa, da B3, marcou ontem 97.867 pontos, com alta de 1,97%. O indicador seguiu Wall Street, onde o índice Dow Jones (das empresas industriais) subiu 1,34%, o S&P 500 ganhou 2,20%, e o Nasdaq (da tecnologia) subiu 3,85%.

INDICADORES

CÂMBIO

	Compra	Venda
Dólar Comercial	R\$ 5.657	R\$ 5.683
Dólar Turismo	R\$ 5.693	R\$ 5.813
Euro Turismo	R\$ 6.957	R\$ 6.982

BOLSA

Índice	Pontos	Variação
Ibovespa	97.867,81	+1,97%

POUPANÇA

30/10/2020	0,758%
------------	--------

SALÁRIO MÍNIMO

R\$ 1.045,00

INFLAÇÃO

	Setembro	Ano	12 meses
IPCA/IBGE	0,94%	13,4%	3,9%
INPC/IBGE	0,87%	2,9%	3,8%
IP-4/FEV	4,3%	16,6%	3,3%

EFEITO COVID-19

1,72

Bilhão de reais foi o prejuízo da companhia aérea Gol, no terceiro trimestre deste ano. O resultado, segundo a empresa, está associado às perdas do setor com a crise gerada pela pandemia de covid-19.

PETROBRAS AUMENTA GÁS NATURAL PARA AS DISTRIBUIDORAS

PREÇO NOVO A Petrobras aumentou o preço do gás natural para as distribuidoras. A mudança ocorreu no dia 1º, mas foi divulgada ontem. Os ajustes ocorreram de acordo com parâmetros negociados em

fórmulas contratuais, em função das variações ocorridas nas cotações do petróleo Brent e da taxa de câmbio no último trimestre. O reajuste foi de 26%, em dólar por milhão de btus (US\$/MMBTU) em relação a agosto de 2020.

Quando medido em real por metro cúbico (R\$/m3), o reajuste é de 33%. Segundo a companhia, o preço ao consumidor depende do custo do produto, transporte, margem das distribuidoras e tributos federais e estaduais.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O discurso de Joe Biden ontem à noite foi uma serena declaração de vitória, mesmo que ele tenha perdido já ter vencido a eleição. Precisava confirmar seu lema de que "todo voto será contado". Agiu e falou como um estadista tentando reunir o país após a eleição. No mesmo momento, o presidente Donald Trump queria parar a contagem dos votos. Trump continuará sendo forte após a derrota na eleição? Não. O que lhe deu força nos últimos quatro anos foi o extraordinário poder da presidência americana. Fora dela, será apenas o ex-presidente. Mas o país que sai das urnas está com fraura exposta, o que exigirá de Biden um enorme esforço para superar tão funda ferida.

O partido Republicano terá que fazer algum tipo de transição para uma liderança mais moderada para voltar a se comunicar com uma parte do eleitorado. Até por instinto de sobrevivência, precisará se afastar de Trump, o líder tóxico. O partido Democrata, mesmo vencendo a eleição, precisará de muita habilidade para governar. Primeiro, para costurar as diferenças das tendências internas, depois para governar sem o controle do Senado, e por fim, e

mais importante, para reduzir a extrema tensão que dominou o país nos últimos anos.

O primeiro sinal de fraqueza foi dado por Trump quando cantou vitória na madrugada de quarta-feira, mas ameaçando ir à Suprema Corte, já falando em fraude. Era o seu melhor momento da apuração e Trump ameaçava. Deixou claro que na aparente calma com que falava e se declarava vitorioso, com tanto alarde a ser apurado, estava mais uma vez usando a estratégia de criar confusão. No final do dia de ontem ele exigia a recontagem dos votos em Wisconsin, uma tropa trumpista tumultuava um centro de apuração em Detroit, e ele falou em ir à Suprema Corte para parar de contar votos.

Confirmou-se desde o começo da apuração o cenário de um país dividido, em que um partido eleitorado é estimulada a não

Biden fez discurso de estadista, Trump revelou fraqueza em seu melhor momento da apuração. EUA saem divididos, em um cenário ainda difícil na economia

confiar nas regras do jogo, e no qual a eleição é decidida por pouco. O aumento da participação popular no processo eleitoral não trouxe a moderação, mas sim mostrou a profundidade da divisão do país. Na sociedade, isso indica conflitos e violência, e no sistema político, impasse e paralisia.

Para a economia é um cenário difícil. A recessão reduziu de intensidade no terceiro trimestre, mas os Estados Unidos ainda não recuperaram o que perderam.

Como todos os países do mundo. A segunda onda da pandemia aprofundará a crise. A vitória de Biden fará com que nos próximos dois meses e meio um presidente lame duck (pato manco), que sempre negou a gravidade da pandemia, esteja ainda no comando do aparato governamental. O Congresso terá que encontrar caminhos para negociar o pacote de ajuda com o Congresso. E ontem até o líder trumpista no Senado, Mitch McConnell, disse que mais estímulos serão aprovados este ano.

Há problemas por todos os lados na sociedade americana, ela sai poltraumatizada deste período de uma presidência conflituosa e que quebrou todos os protocolos. As velhas divisões raciais se somaram a uma radicalização religiosa e moralista. Donald Trump, como suas cópias no mundo, é pessoa totalmente distante dos

valores de família e de religião que ele manipula. Também é apenas estratégia apostar na antipatia, nos delírios persecutórios, nas teorias da conspiração. Mas com isso ele conseguiu uma legião de eleitores. Suficiente para alimentar o discurso de descrédito das instituições, mas insuficiente para mantê-lo na Casa Branca.

Esses têm sido tempos de enorme desafio para a democracia, tempos que assombraram os corações das pessoas que sabem o que os extremistas de direita já fizeram contra a humanidade. No segundo mandato Trump iria escalar o trabalho de demolição da democracia americana. Ouvir palavras serenas de Joe Biden falando o que se espera de um vencedor, que se proponha a governar para todos, afastando a divisão entre estados azuis e vermelhos, é tranquilizador.

"Foi uma campanha difícil, mas mais difícil para o país. É hora de baixar a temperatura, de ouvir um ao outro, de enxergar o outro, de respeitar e cuidar um do outro novamente. Unir, sarar e ficar juntos como uma Nação", disse Biden. A realidade ainda trará as dificuldades e dores do tempo presente. Mas é esperança o que está diante de nós.

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

MUNDO

Países da Europa reforçam restrições para conter 2ª onda

COVID-19 Com o avanço de casos do novo coronavírus, vários países europeus estão endurecendo as restrições para tentar barrar o avanço do vírus.

Na Itália, após o primeiro ministro, Giuseppe Conte, assinar na noite de terça um decreto para instaurar um novo toque de recolher em todo o país, ontem, quatro regiões italianas anunciaram que entrarão em bloqueio parcial a partir da sexta-feira.

Tentando evitar um novo bloqueio nacional no país, foram colocadas na "zona vermelha" as regiões Lombardia, Piemonte, Vale de Aosta e Calábria no Sul, na Itália. Entre as medidas impostas, está o fechamento de serviços não essenciais, e pessoas só poderão sair de suas casas por motivos de trabalho, saúde ou emergência.

As autoridades de saúde italianas registraram ontem 30.550 novos casos de covid-19 e 352 mortes nas últimas 24 horas

As autoridades de saúde italianas registraram ontem 30.550 novos casos de covid-19 e 352 mortes nas últimas 24 horas, elevando os números totais do país para 790.377 contaminações e 39.764 mortes. A Itália é o 6º país com mais mortes (39,4

mil) e o 12º com mais casos (760 mil) no mundo, segundo levantamento da Universidade de Johns Hopkins.

Na Lituânia, país ao Sul da Europa, foi anunciado um bloqueio nacional de três semanas após a identificação de um aumento de infecções nos últimos dias. Seguindo o exemplo de outros países europeus como a França, Alemanha e Reino Unido, que voltaram a impor lockdown após novos picos de casos registrados durante a segunda onda de contaminações no continente. O país tem o total de 17.453 casos e 175 mortes.

A Polônia também deve anunciar novas restrições para lidar com o aumento de casos no país, de acordo com publicação da Reuters. Seguindo a Organização Mundial da Saúde (OMS), foram registrados 414.844 contaminações confirmadas e 6.102 mortes do país, desde o início da pandemia.

A França registrou nesta quarta-feira 40.558 novos casos de covid-19 nas últimas 24 horas, além de mais 385 mortes. O país agora registra o total de 1.543.321 de contaminações confirmadas e 38.674 mortes.

Sri Lanka MAIS DE 100 BALEIAS SÃO SALVAS

Em uma grande operação, mais de 100 baleias encalhadas em uma praia do Sri Lanka foram guiadas de volta ao fundo do mar. Três baleias-piloto e um golfinho, entretanto, morreram devido aos ferimentos. **FOTO DE LAKRUWAN WANNIARACHCHI / AFP.**



EX-CHEFE DO ETA SERÁ ENTREGUE À ESPANHA

JUSTIÇA FRANCESA O Tribunal de Cassação francês aceitou ontem, definitivamente, a entrega à Espanha do ex-chefe do ETA Josu Ternera, alvo de uma ordem de prisão europeia.

Antes de ser entregue à Espanha, Ternera deve ser julgado na França em dois casos pendentes vinculados com atos de terrorismo. O primeiro será realizado em fevereiro, e o segundo, em junho de 2021, ambos em Paris.

O Tribunal de Cassação, a jurisdição máxima da França, analisou e rejeitou um recurso apresentado por Ternera contra uma decisão do Tribu-

nal de Apelações de Paris de 30 de setembro, que aceitou sua entrega à Espanha.

O ex-chefe do ETA, de 69 anos, é alvo de uma ordem de prisão emitida por Madrid por sua suposta participação em reuniões não autorizadas em 2000. Na terça, o Tribunal examinou outro recurso apresentado por Ternera, desta vez contra uma decisão positiva do Tribunal de Apelações de Paris para um pedido de extradição espanhol por seu suposto envolvimento em um atentado em 1987 que deixou 11 mortos em Saragoça. A decisão foi adiada para 17 de novembro.

TURQUIA

114

Mortos já foram registradas após o terremoto de sexta-feira ocorrido no oeste da Turquia. O terremoto de magnitude 7 também deixou 1.035 pessoas feridas, 137 das quais ainda estão hospitalizadas, segundo a autoridade do governo turco para situações de desastre (Afad). Ontem, os primeiros socorristas interromperam seus esforços de busca por possíveis vítimas.

VARIEDADES

Secretaria de Cultura diz que festivais estão com pendências

EDITAL A Secretaria de Cultura do Estado da Bahia (SecultBA) se manifestou ontem sobre as declarações de produtores de festivais de arte e cultura baianos, que, na segunda-feira, afirmaram não receber do órgão os valores a que teriam direito, correspondentes ao edital Eventos Calendarizados. Com isso, a realização desses festivais estaria ameaçada. De acordo com o órgão, "a liberação de parcelas está condicionada à apresentação e aprovação da prestação de contas de parcelas anteriores" e, por isso, os valores ainda não foram liberados.

Um dos eventos que corre risco de não ocorrer por falta de verba é o Panorama Internacional Coisa de Cinema, programado para começar no próximo dia 25. A Secult alegou que "o pagamento da sétima parcela [para a edição de 2020 do evento] está condicionado à apresentação da sexta prestação de contas (...). A prestação de contas da quinta parcela foi aprovada, mas o repasse depende da apresentação da sexta prestação de contas", diz a Secult.

Segundo Cláudio Marques, organizador do festival, a sexta parcela, referente à edição realizada em novembro de 2019, só foi recebida no dia 30 outubro deste ano. Por isso, não seria possível apresentar a prestação de contas a tempo de liberar a próxima parcela para organizar o evento deste ano.

A organização do Festival de Dança de Itacaré informou ao CORREIO que ainda não recebeu o pagamento da segunda parcela para a realização da edição de 2019, ocorrida em 4 de novembro daquele ano. Segundo a Secult, "o Festival tem o pagamento da 6ª parcela (edição 2019) condicionado à aprovação da quarta prestação de contas. A prestação de contas da quarta parcela foi relatada à Comissão Gerenciadora do FCBA e aprovada com vinculações, que ainda não foram atendidas pelo proponente (...). Diante disso, permanece o empecilho para liberação da 6ª parcela".

Ontem, em nova carta, os produtores reiteraram as queixas e afirmaram que a Secult "não comenta que, se existem pendências, elas são originárias dos atrasos nas análises das prestações de contas e também dos repasses dos patrocínios devidos por parte do próprio órgão". **LEIA A NOTA DA SECULT E A CARTA DOS PRODUTORES EM WWW.CORREIO24HORAS.COM.BR.**

MARIGHELLA GANHA NOVA DATA DE ESTREIA

CINEMA O filme Marighella, dirigido por Wagner Moura, divulgou seu primeiro trailer e a data de estreia nos cinemas brasileiros: 14 de abril de 2021. O primeiro longa do diretor já está inscrito para concorrer a uma vaga no Oscar, em 2021.

Estrelado por Seu Jorge, o longa filmado em 2017 narra os últimos anos do guerrilheiro que lutou na resistência contra a ditadura militar no Brasil. Também estão no elenco Bruno Gagliasso, Adriana Esteves, Humberto Carrão e

Herson Capri. A data de estreia é bastante tardia, já que o filme teve a primeira exibição adiada diversas vezes: primeiro, após impasse com a Agência Nacional de Cinema, a Ancine, e depois, devido à pandemia de covid-19.

Em maio, Wagner Moura disse que era "frustrante" não ter estreado o filme ainda, sendo que ele foi rodado em 2017. No ano passado, o longa foi exibido no Festival de Berlim, onde foi aplaudido de pé pelo público e ganhou elogios da crítica.



O filme sobre Marighella é protagonizado pelo ator e cantor Seu Jorge

Veículo: Tribuna da Bahia	
Data 05/11/2020	Caderno: Raio Laser



Raio Laser

Imposto

Desde o início do mês de outubro, a abertura de processos de avaliação de bens para o pagamento do ITD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens e Direitos) é feita exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico de Informações (SEI-Bahia), ferramenta oficial de gestão de processos e documentos administrativos digitais do Governo do Estado. Para isso, os contribuintes ou seus representantes legais devem utilizar o módulo de petição eletrônico para usuários externos que funciona dentro do sistema. O petição eletrônico do ITD é um projeto liderado pelas secretarias estaduais da Administração (Saeb), gestora do SEI, e da Fazenda (Sefaz), responsável pela cobrança do ITD.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 04/11/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 04 de Novembro de 2020 - 20:00

Petrobras aumenta o preço do gás natural para as distribuidoras



A Petrobras aumentou o preço do gás natural para as distribuidoras. A mudança no valor ocorreu no último dia 1º e foi divulgada pela estatal nesta quarta-feira (4). Os ajustes ocorreram de acordo com parâmetros negociados em fórmulas contratuais, em função das variações ocorridas nas cotações do petróleo Brent e da taxa de câmbio no último trimestre.

O reajuste foi de 26% em dólar por milhão de btus (US\$/MMBtu) em relação ao preço do gás de agosto de 2020. Quando medido em real por metro cúbico (R\$/m³), o reajuste é de 33%, de acordo com a Agência Brasil.

“Apesar do aumento neste trimestre, os preços acumulam uma redução de 38% em US\$/MMBtu e de 13% em R\$/m³, desde dezembro de 2019 (considerando a taxa de câmbio de 30/10/2020)”, explicou a companhia em nota.

A Petrobras esclareceu que o preço final do gás natural ao consumidor não é determinado apenas pelo custo do produto e do transporte, mas também pelas margens das distribuidoras e pelos tributos federais e estaduais. Além disso, o processo de aprovação das tarifas é realizado pelas agências reguladoras estaduais, conforme legislação e regulação específicas.

Os contratos de venda para as distribuidoras são públicos e estão disponíveis para consulta no site da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 04/11/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 04 de Novembro de 2020 - 19:20

Proposta que retira R\$ 1,4 bi da Educação é aprovada na Câmara

A aprovação de um projeto de lei do governo na Câmara dos Deputados permite a retirada de R\$ 1,4 bilhão do orçamento do Ministério da Educação (MEC) deste ano e repassa os recursos para obras. O texto foi aprovado por 307 votos favoráveis a 126 contrários em votação nesta quarta-feira (4).

O texto vai agora para votação no Senado.

A aprovação permite o remanejamento e o uso de reservas de contingência que somadas chegam a R\$ 6,1 bilhões.

De acordo com o G1, esses recursos vão sair de sete ministérios e da Presidência da República. O MEC será o mais afetado.

Na realocação dos recursos, perdem valores o Ministério da Educação (R\$ 1,4 bilhão); Ministério da Justiça e Segurança Pública (R\$ 300 milhões); Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (R\$ 9,6 milhões); Ministério da Economia (R\$ 615,6 milhões); Ministério da Defesa (R\$ 330 milhões); Ministério do Turismo (R\$ 148,7 milhões); Ministério da Cidadania (R\$ 385,2 milhões); e a Presidência da República (R\$ 9,9 milhões).

Cinco pastas receberão os recursos: Ministério do Desenvolvimento Regional (R\$ 2,3 bilhões); Ministério da Infraestrutura (R\$ 1 bilhão); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (R\$ 50,5 milhões); Ministério de Minas e Energia (R\$ 286,7 milhões); Ministério da Saúde (R\$ 243,6 milhões).

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 04/11/2020	Caderno: Notícias



Quarta, 04 de Novembro de 2020 - 16:00

Bahia vai receber R\$ 275 mil em recursos para assistência farmacêutica no sistema prisional

por Jade Coelho

A Bahia vai receber R\$ 275.169,60 em recursos para assistência farmacêutica de presos. O repasse foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira (3) e integra o Componente Básico da Assistência Farmacêutica no âmbito da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional.

De acordo com a portaria, assinada pelo ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, o valor recebido por cada estado corresponde a R\$ 17,73 por pessoa privada de liberdade no Sistema Prisional e serão repassados na modalidade fundo a fundo.

O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência dos recursos aos Fundos de Saúde, informa da publicação.

BAHIA

Publicado em 04/11/2020 às 12h10.

Governador prega cautela com contas públicas para seguir nomeando aprovados em concurso

Rui disse que vontade é nomear mais policiais civis assim que for possível, respeitando o equilíbrio das contas do Estado

Eduardo Dias



Foto: Matheus Morais/bahia.ba

O governador Rui Costa (PT) utilizou as redes sociais na manhã desta quarta-feira (4) para falar sobre a nomeação de profissionais que realizaram o concurso da Polícia Civil em 2018. Segundo ele, o Estado já convocou 182 aprovados no concurso e estima convocar mais, respeitando o equilíbrio das contas públicas.

O governador revelou que recebe diariamente questionamentos sobre a nomeação dos aprovados e que o seu desejo é nomear o maior número assim que possível.

“Diariamente vejo mensagens de profissionais que realizaram o concurso da Polícia Civil em 2018 e esperam nomeação. Convocamos 182 policiais deste concurso para contribuir com a



das contas públicas.

“Compreendo a forma como se manifestam aqui nas redes, mas preciso levar em consideração aspectos técnicos e administrativos para fazer nomeações, e vou continuar sendo responsável com as finanças do Estado. Nenhum outro governador da Bahia nomeou tantos servidores na segurança. Para isso é preciso responsabilidade! É desta forma que faremos ainda mais. Meu respeito a todos que se dedicam para fazer parte da nossa equipe de servidores e trabalhar para baianas e baianos!”, finalizou o governador.

 **Rui Costa**  · 4 de nov de 2020 

@costa_rui
Bom dia! Diariamente vejo mensagens de profissionais que realizaram o concurso da Polícia Civil em 2018 e esperam nomeação. Convocamos 182 policiais deste concurso para contribuir com a [#segurançapública](#) do estado. Minha vontade é nomear o restante assim que for possível. [#Bahia](#)

 **Rui Costa** 
@costa_rui

Mas para isso é preciso respeitar o equilíbrio das contas públicas. Compreendo a forma como se manifestam aqui nas redes, mas preciso levar em consideração aspectos técnicos e administrativos para fazer nomeações, e vou continuar sendo responsável com as finanças do Estado.

10:57 AM · 4 de nov de 2020 

 36  [Veja outros Tweets de Rui Costa](#)



MAIS NOTÍCIAS

BAHIA 10h39 de 05/11/2020

Gerenciado de Salvador, site que pirateava conteúdo streaming é desmontado pelo Draco

Página Seriesflixhd.com chegou a registrar nove milhões de acessos; computadores usados foram apreendidos

Veículo: Estadão	
Data: 05.11.2020	Caderno: Economia



O STF e o julgamento sobre a tributação do software

Vinicius Jucá Alves e Ricardo Maitto*

04 de novembro de 2020 | 06h30

Nesta quarta-feira, 4 de novembro, o STF concluirá o julgamento das ADIs 1.945 e 5.659, ocasião em que definirá se licenciamento de software deve ser tributado pelos Estados, por meio do ICMS, ou pelos municípios, por meio do ISS.

A ADI 1.945 foi ajuizada em 1999 para questionar legislação do Mato Grosso que exige o ICMS sobre o download de software. A ADI 5.659 é mais recente, foi ajuizada em 2017 para questionar legislação de Minas Gerais que exige ICMS sobre licenciamento de software, mesmo depois da edição da Lei Complementar (LC) 116/03. Esta determina que o licenciamento de software deve ser tributado pelo ISS.

O debate é antigo. Em 1998, o STF fixou o entendimento de que o ICMS poderia incidir nas operações que envolvam a circulação de suportes físicos nos quais está gravado o software (RE 176.626). Antigamente era comum vender software em “caixinhas” em

supermercados e livrarias, algo absolutamente impensável atualmente. Naquele caso, o ministro Sepúlveda Pertence deixou claro que somente é possível a incidência do ICMS sobre o “*corpus mechanicum*”, isto é, sobre a caixinha.

Naquele caso, o Tribunal de Justiça de São Paulo havia determinado que não incide ICMS sobre o licenciamento de software sob o fundamento de que “*a tributação do software pelo ICMS caracterizaria invasão do Estado na competência tributária do município*”. O Estado de São Paulo recorreu ao STF e, no RE 176.626, o STF decidiu manter a decisão que afastou o ICMS.

O ministro Sepúlveda Pertence foi muito claro em dizer que a propriedade intelectual “*é esse ‘direito de exclusivo’ – que não é mercadoria, nem se aliena com o licenciamento de seu uso que se deve declarar fora do raio de incidência do ICMS, como exatamente concluíra, nos lindes do pedido, a decisão recorrida*”. Apenas permitiu a incidência de ICMS sobre a venda de caixinhas de software e não conheceu o recurso do Estado de São Paulo.

Ora, software não é mais vendido em caixinhas nas lojas. Não existe mais circulação de “*corpus mechanicum*”, de maneira que não há mais que se falar em ICMS. Hoje só existe licenciamento, que o próprio STF determinou fora do campo de incidência do ICMS. Aliás, a forma mais comum de licenciamento de software hoje é o SaaS (*software as a service*). O usuário paga uma mensalidade para usar o direito autoral, de forma similar a uma locação, não havendo transferência de propriedade. O direito de uso é preservado de forma temporária, enquanto houver o pagamento.

O tema ficou mais claro com a edição da LC 116/03, por meio da qual o legislador fez a opção: cravou a posição em favor dos municípios para

estabelecer que o “*licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação*” deve se sujeitar ao ISS.

Existe grande pressão dos Estados para que o STF “legisle” nas ADIs 1.945 e 5.659, posição essa que é insustentável, contra a jurisprudência do STF e a legislação que rege o software, e diretamente oposta à redação da LC 116/03. Claro, os Estados antecipam que os bens tangíveis estão perdendo força para os bens intangíveis. Afinal, ninguém mais compra CDs ou DVDs com software, música ou filmes; tudo é consumido on-line, atraindo potencialmente a tributação pelo ISS.

No início do julgamento que será retomado nesta quarta-feira, em sua sustentação oral, a Ilma. Procuradora do Estado de Minas Gerais chegou a sustentar que sobre o mesmo fato gerador (licenciamento de software) podem incidir ICMS e ISS. Trata-se de posição questionável: ou se está tratando de serviço ou de mercadoria (e já vimos que não é mercadoria!). A realidade é que esse “pleito arrecadatório” dos Estados deve ser dirigido ao Congresso, não ao STF.

Ainda em relação ao julgamento, é importante ressaltar a mudança de entendimento da Procuradoria Geral da República (PGR) sobre o tema. No parecer apresentado na ADI 1.945, a PGR opinou no sentido de que não pode incidir ICMS sobre o licenciamento de software. No entanto, sem justificar a mudança de opinião, na ADI 5.659, a mesma PGR apresentou parecer pela incidência do ICMS sobre o software.

Em sua sustentação oral, o ilustre Procurador apresentou curiosa analogia entre a vela (suporte físico) e a luz (software), sustentando que o STF entendeu, no RE 176.626, que o ICMS poderia incidir sobre ambos. Alegou ainda que atualmente só existe licenciamento de

software (pois não há mais venda de “caixinha”), sendo possível incidir ICMS sobre a “luz” (software), mesmo não estando presente o suporte físico.

É preciso “jogar luz” sobre essa analogia. Como detalhamos acima, no RE 176.626, o STF negou provimento ao recurso da Fazenda e manteve decisão que afastou a incidência do ICMS sobre o licenciamento de software, apenas permitindo a incidência do ICMS sobre operações com o “*corpus mechanicum*”, isto é, sobre a venda da caixinha.

A Constituição Federal e a LC nº 116/03 determinam que o “licenciamento de software”, sem distinções quanto à sua modalidade, deve ser tributado pelo ISS, não por ICMS. O sistema tributário clama por simplicidade. Analisando a tendência dos últimos julgamentos, entendemos que o STF deve privilegiar a opção do legislador, e não criar exceções que não estão na lei. O relevante é a que a segurança jurídica seja preservada e que o STF, dando provimento às ADIs 1.945 e 5.659, reconheça que o ICMS não pode incidir sobre o licenciamento de software.

No Brasil, 17 estados ficam abaixo da média em avaliação de alfabetização

Gov. Bolsonaro divulgou dados de análise amostral sem definir notas para aprendizado adequado

Paulo Saldaña

BRASÍLIA Uma avaliação federal feita com amostra de estudantes do 2º ano do ensino fundamental de escolas públicas mostra que 17 estados brasileiros não conseguiram alcançar a média do país em conhecimentos de língua portuguesa. Em matemática, foram 18 estados que não atingiram a média.

Os resultados reforçam o cenário de desigualdade educacional e evidenciam os bons resultados obtidos pelo Ceará nos últimos anos na alfabetização, mesmo com grande percentual de alunos pobres. Das regiões Norte e Nordeste, somente esse estado conseguiu ficar acima da média nas duas disciplinas. Além disso, as crianças cearenses têm a maior média do Brasil tanto em português quanto em matemática.

Os resultados sobre a avaliação amostral, realizada em 2019, foram divulgados pelo Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), órgão ligado ao Ministério da Educação, nesta quarta-feira (4). Além do 2º ano, uma amostra de estudantes do 9º ano fez testes em ciências da natureza e ciências humanas.

Os resultados apresentados têm uma distribuição dos alunos em níveis de proficiência. No entanto, nem o Inep nem o Ministério da Educação (MEC) definiriam quais patamares são considerados como adequados.

Assim, não é possível saber o percentual de estudantes alfabetizados até o 2º ano do ensino fundamental. O governo espera que, até essa série, as crianças de sete anos de idade estejam alfabetizadas.

A média do Brasil em língua portuguesa foi de 750 pontos. Estudantes do 2º ano com desempenho abaixo desse nível não são capazes, por exemplo, de localizar informação explícita em textos de até seis linhas, como um bilhete, ou inferir o assunto de um cartaz — 45% dos estudantes do país estão nessa situação.

Com exceção de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, todos os estados das regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste superaram a média do país em português.

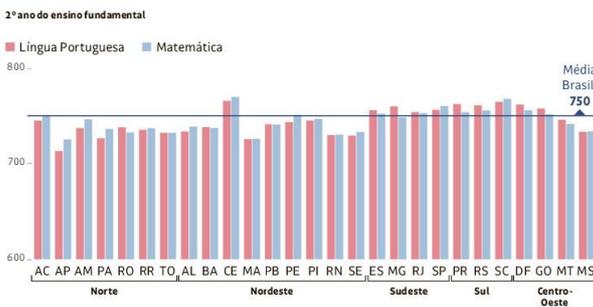
Em matemática, só Ceará e Pernambuco superaram a média no Norte e no Nordeste. Nas outras regiões do pa-



Estudantes em escola em Sobral; Ceará tem as melhores notas em português e matemática Eduardo Arizelli - 6.nov15/Folhapress

Avaliação de alfabetização e ciências

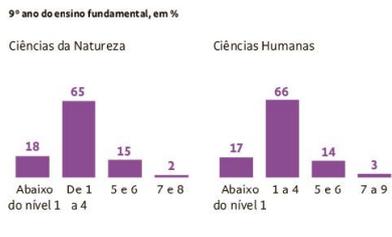
Proficiência média por unidade da federação



Distribuição dos estudantes por Níveis de proficiência



Distribuição dos estudantes por níveis de proficiência



Fonte: Saeb amostral 2019, Inep

is, apenas Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul ficaram abaixo da média nessa disciplina.

Essa foi a primeira vez que o Inep aplicou a avaliação de alfabetização a estudantes do 2º ano. As provas anteriores ocorreram no 3º ano e, por isso, a comparação dos resultados não é indicada.

A última edição havia sido realizada em 2016, quando metade dos alunos apresentou nível insuficiente.

A alfabetização é apontada como prioridade pelo governo Bolsonaro. A matriz da prova (que define o que é avaliado) foi atualizada à luz da nova política do MEC para área.

O presidente do Inep, Alexandre Lopes, disse que o governo ainda vai debater a definição das pontuações que refletem, por exemplo, que uma criança está alfabetizada.

"Nosso objetivo agora foi trazer a nova escala, explicar a matriz e trazer os resultados", disse ele, durante seminário online que tratou da avaliação. "É o momento de iniciar um debate e respeito disso, do que seria nossa meta. É importante que o Brasil tenha metas de alfabetização." A Folha questionou o MEC sobre o assunto mas não recebeu retorno até a conclusão deste texto.

A pontuação em português foi dividida em nove níveis. Somente 5% dos estudantes brasileiros alcançaram o nível máximo, que reflete as maiores notas e melhores proficiências auferidas pela avaliação.

Em matemática, a média do país também foi de 750 pontos. Segundo a escala de conhecimentos da prova, estudantes com desempenho abaixo dessa nota na disciplina não conseguem, por exemplo, relacionar um conjunto de moedas (de 5 ou 10 centavos) a uma única moeda de valor equivalente. Metade dos estudantes do 2º ano tiveram resultado inferior a esse parâmetro.

No ano passado, a prova de alfabetização chegou a ser suspensa e só mais tarde decidiu-se pela realização de avaliação amostral. O episódio gerou uma crise que valeu, na ocasião, a demissão da então secretária de Educação Básica do MEC, Tania de Almeida, e do então presidente do Inep, Marcus Vinícius Rodrigues.

Esses testes amostrais passaram a integrar o Saeb, avaliação federal que compõe o Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica). O índice é calculado para os 5º e 9º anos do ensino fundamental e 3º do médio.

Nessa série, a prova é aplicada em todas as escolas em português e matemática. Na última edição, as áreas de ciências da natureza e de ciências humanas foram contempladas em avaliação com uma amostra de alunos.

A média do país foi de 250 pontos em ciências humanas. Segundo os resultados, 52% dos estudantes de 9º ano ficaram abaixo dessa pontuação, o que reflete a incompreensão, por exemplo, do fenômeno natural do deslizamento de terras e a relação com o processo de ocupação de encostas íngremes em contexto urbano.

Nas ciências da natureza, 52% dos estudantes não alcançaram a pontuação média de 250 pontos. São alunos que não conseguem, por exemplo, interpretar resultados de experimentos científicos apresentados na forma de tabelas e gráficos simples ou reconhecer a importância das vacinas na prevenção de doenças.

Em ciências humanas, Santa Catarina tem a maior nota média e 17 estados ficam abaixo da média do país. Só o Ceará supera a média brasileira nas regiões Norte e Nordeste. O Distrito Federal alcançou a maior nota em ciências da natureza, enquanto 15 estados ficaram abaixo na média nessa área. Rondônia é o único estado a superar a média de 250 pontos nas regiões Norte e Nordeste.

Funcionários questionam plano de retorno ao trabalho da USP

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO Parte dos 13.700 funcionários de setores técnico-administrativos da USP teria de retornar às atividades presenciais a partir de 6 de novembro. A determinação não incluiu os docentes, que só retornarão aos campi em 2021. Há duas semanas, a reitoria decidiu mudar o plano de retorno gradual das atividades presenciais, que havia sido apresentado no final de agosto. Segundo o Sintusp (Sindicato dos Trabalhadores da USP), isso foi feito sem diálogo.

Nesta quinta (5), às 14h, os servidores discutirão em assembleia virtual a possibilidade de entrarem em greve sanitária — quando o motivo é a existência de um risco à saúde ou segurança do trabalhador presente no ambiente de trabalho — a partir do dia 9.

O novo plano foi elaborado por seis dirigentes da USP escolhidos pela reitoria. "Em nenhum momento a reitoria

aceitou receber o sindicato e não há representação de funcionários no grupo [de dirigentes]. Nós solicitamos reunião várias vezes e fomos ignorados. Não houve nem resposta à nossa solicitação", afirma o diretor do Sintusp, Reinaldo Souza.

Ao longo da pandemia do novo coronavírus, na maior



Se os grupos de risco fossem preservados e o retorno pudesse ser discutido nas unidades a partir das necessidades reais do trabalho, daria para debater sem precisar de greve sanitária

Reinaldo Souza
diretor do Sintusp

parte dos setores da USP foi adotado o trabalho remoto. As exceções ficam por conta dos serviços essenciais, como nos hospitais universitários e alguns laboratórios de pesquisa, por exemplo.

Navés anterior do plano, o retorno se dava de maneira gradual, não era compulsório — dependia de acordo entre a chefia e o funcionário —, e tinha como uma das diretrizes a manutenção do teletrabalho, quando possível.

Segundo a categoria, o plano tem problemas graves e importantes. "Não há nenhuma justificativa no retorno presencial a partir do elemento da necessidade do trabalho, porque está sendo cumprido remotamente. Como as aulas não vão voltar, a demanda de atendimento é baixa", diz Souza.

Outro questionamento é a categorização que a reitoria da USP fez de fatores de risco, em contradição com o que tem sido disseminado pe-

la área médica. Para a instituição, idosos acima de 60 anos não são considerados de risco, assim como doentes crônicos.

Pelo documento, hipertensos, diabéticos e pneumopatas são serão preservados se a doença for considerada descompensada. Também poderão continuar em home office os imunodeprimidos e asgrávidas, se a gestação for de risco. "Se os grupos de risco fossem preservados e o retorno pudesse ser discutido nas unidades a partir das necessidades reais do trabalho, daria para debater sem precisar de medidas como a greve sanitária", diz Souza.

"De maneira como o plano foi elaborado, sem discussão prévia com o sindicato, sem preservar idosos, grávidas e doentes crônicos e tornando o retorno compulsório, o sindicato não viu alternativa a não ser a de defender ou indicar para a categoria a necessidade de preservar a vida." Um levantamento extrao-

ficial elaborado pelo Sintusp aponta que 13 trabalhadores da USP entre efetivos e terceirizados, já morreram em decorrência da Covid-19.

Segundo a Secretaria Estadual da Saúde, São Paulo registrou até terça-feira (3) 39.364 mortes e 1.118.544 casos confirmados do novo coronavírus.

Dos óbitos, 76,4% estão concentrados em pacientes com 60 anos ou mais. As cardiopatias, o diabetes e as pneumopatas estão entre os principais fatores de risco associados à mortalidade por Covid-19 — 59,9%, 43,2% e 8,3%, respectivamente.

A Congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas emitiu uma nota contra a medida da reitoria da USP. De acordo com o texto, o caráter compulsório do retorno presencial proposto irá expor os funcionários a um risco desnecessário, uma vez que o trabalho vem sendo desempenhado com eficiência.

Universidade não responde sobre grupos de risco

OUTRO LADO

A USP afirma que está previsto o retorno de 20% dos servidores técnicos e administrativos em cinco dias do campo, que já estão com cenário epidemiológico mais favorável. "A despeito das aulas de graduação e de pós-graduação continuarem a ser ministradas de forma remota, as atividades de pesquisa e as administrativas da universidade não estão suspensas", diz parte do texto.

A reportagem questionou a instituição sobre a volta de idosos com 60 anos ou mais e grávidas, além de doentes crônicos, como hipertensos e diabéticos, cujo home office só será mantido se a doença estiver comprovadamente descompensada. Sobre esses grupos, não houve resposta.

Veículo: G1	Caderno: Política
Data: 04/11/2020	



Congresso aprova proposta que retira R\$ 1,4 bi da educação e libera recursos para obras

Aprovação ocorreu após governo se comprometer a recompor os recursos tirados da educação. Deputados e senadores votaram texto nesta quarta; proposta vai à sanção.

Por Elisa Clavery, Sara Resende, Gustavo Garcia, Fernanda Calgaro e Luiz Felipe Barbiéri, TV Globo e G1 — Brasília

04/11/2020 15h48 Atualizado há 55 minutos

Deputados e senadores aprovaram nesta quarta-feira (4), em uma sessão do Congresso Nacional, um projeto de lei enviado pelo governo ao Legislativo que retira R\$ 1,4 bilhão do orçamento do **Ministério da Educação (MEC)** deste ano e repassa os recursos para obras.

Com a decisão, o texto vai à sanção do presidente Jair Bolsonaro. Devido à pandemia, as sessões do Congresso têm sido realizadas por um sistema remoto de votações que exige que as votações de deputados e senadores sejam feitas separadas.

A proposta autoriza o remanejamento e o uso de reservas de contingência que somadas chegam a R\$ 6,1 bilhões. Esses recursos vão sair de sete ministérios - sendo a maior parte (R\$ 1,4 bilhão) do orçamento do Ministério da Educação - e da Presidência da República.

Na realocação dos recursos, as pastas de Infraestrutura e do Desenvolvimento Regional são as que mais recebem. Confira as pastas que ganham e as que perdem.

Recebem recursos:

- Ministério do Desenvolvimento Regional: R\$ 2,3 bilhões
- Ministério da Infraestrutura: R\$ 1 bilhão
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento: R\$ 50,5 milhões
- Ministério de Minas e Energia: R\$ 286,7 milhões
- Ministério da Saúde: R\$ 243,6 milhões

Perdem recursos:

- Ministério da Educação: R\$ 1,4 bilhão
- Ministério da Justiça e Segurança Pública: R\$ 300 milhões
- Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações: R\$ 9,6 milhões

- Ministério da Economia: R\$ 615,6 milhões
- Ministério da Defesa: R\$ 330 milhões
- Ministério do Turismo: R\$ 148,7 milhões
- Ministério da Cidadania: R\$ 385,2 milhões
- Presidência da República: R\$ 9,9 milhões

Corte na Educação

Segundo o texto, o MEC terá um cancelamento de recursos na ordem de R\$ 1,56 bilhão e uma suplementação de R\$ 160 milhões – resultando em um saldo negativo de R\$ 1,4 bilhão.

Diante da resistência dos partidos de oposição em aprovar o projeto, o presidente do Congresso, senador **Davi Alcolumbre** (DEM-AP), esclareceu que o governo se comprometeu a enviar ao Legislativo um ofício recompondo os recursos para o MEC.

O líder do governo no Congresso, Eduardo Gomes (MDB-TO), disse que o acordado será cumprido. “Fica claro o nosso compromisso com a recomposição”, afirmou.

O relator da matéria, senador Marcelo Castro (MDB-PI), argumentou que os recursos remanejados são para "importantes obras infraestruturantes no Brasil".

"Se não houvesse essa suplementação, essas obras iriam sofrer paralisação com grandes danos para a administração pública", disse, em plenário. Em seu relatório, o senador fez mudanças de ação dentro dos ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Regional, seguindo um acordo entre o Congresso e o governo. Apesar de não mudar os valores para cada pasta, as alterações permitem, por exemplo, que a pasta da Saúde gaste mais com custeio de serviços de assistência hospitalar, em vez de gastar em investimentos.

Recursos

Em **audiência pública no Senado, em setembro**, o ministro da Educação, Milton Ribeiro, afirmou que o bloqueio dos recursos feito pelo governo seria "em grande parte" para pagar “emendas parlamentares”.

Segundo Ribeiro, o governo precisou retirar dinheiro da educação para repassar aos projetos aprovados pelos próprios congressistas, que encaminharam recursos para outras áreas.

Parte da verba remanejada neste projeto deve ser destinada a programações genéricas dos ministérios, que podem ser usadas para atender a pleitos de parlamentares.

Apesar de terem objetivo semelhante, esses recursos não se tratam, a rigor, de emendas parlamentares. São uma verba extra do Orçamento que o governo permite que uma parte do parlamentares indique o seu destino. O critério é político, ou seja, geralmente a distribuição desses recursos é usada pelo governo para abastecer a sua base aliada, no que é chamado de "toma lá, dá cá".

Já as **emendas parlamentares** têm características diferentes. Uma delas é que cada um dos 513 deputados e dos 81 senadores têm direito a indicar obras e ações para receberem dinheiro do Orçamento.

Em 2020, cada parlamentar pôde apresentar até 25 emendas, com valor total de R\$ 15,9 milhões. Obrigatoriamente, metade deve ser destinada para ações e serviços públicos de saúde.

No caso das emendas, ao contrário dos recursos extras, é possível identificar quem indicou e para onde. Outra diferença é que o pagamento das emendas é obrigatório

Ministérios beneficiados

Os ministérios do Desenvolvimento Regional e da Infraestrutura são os principais responsáveis por obras federais em todo o país e, por isso, bastante procurados por parlamentares que querem puxar recursos para suas bases eleitorais.

A pasta comandada por Marinho recebe, pelo remanejamento, R\$ 2,3 bilhões. O dinheiro deve ser aplicado no programa de integração do Rio São Francisco, na recuperação de bacias hidrográficas, em projetos da Codevasf, na construção de barragem e no abastecimento de água em regiões de seca, entre outras ações.

Já o Ministério da Infraestrutura recebe cerca de R\$ 1 bilhão, que será usado, por exemplo, para a construção e manutenção de estradas e implementação de trechos ferroviários.

Entre suplementação e cancelamento, o Ministério da Saúde tem saldo positivo de R\$ 244 milhões. A verba deve ser usada no Fundo Nacional de Saúde (FNS) e na estruturação das redes de atenção básica e especializada em saúde, por meio de transferências a estados e municípios.

Justiça Federal

Os deputados aprovaram também na sessão desta quarta-feira outros 28 projetos, que remanejaram recursos e abriram crédito em favor de diversos órgãos do Poder Executivo e do Poder Judiciário.

Setes destes projetos abriram crédito especial em favor das justiças Eleitoral, Federal e do Trabalho, além do Ministério Público da União, do Conselho Nacional de Justiça, do Conselho Nacional do Ministério Público, do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.

Somados, os projetos que destinaram verbas aos diferentes ramos da justiça e órgãos do Ministério Público e do Poder Judiciário chegam a R\$ 81.756.961.

Eventual 2ª onda da covid-19 exigirá revisão de gastos

Para Manoel Pires, é importante montar uma estratégia de retirada dos estímulos fiscais, mas de forma gradual

Por Leila Souza Lima — De São Paulo

05/11/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Manoel Pires: o que ocorre agora nos EUA e na Europa é lição para Brasil continuar enfrentando pandemia — Foto: Reprodução

Decisões mais acertadas quanto à retomada das atividades, bem como no tocante à escolha de políticas de estímulo à economia - tendo em vista metas de corte de gastos e equilíbrio fiscal -, serão o grande desafio imposto ao setor público, principalmente diante do virtual risco de uma segunda onda da pandemia de covid-19 no Brasil. A avaliação é de especialistas que participaram do webinar “Os impactos da pandemia na gestão pública”, promovido pelo Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), com mediação do **Valor**.

“Entender o que está acontecendo na Europa e nos Estados Unidos vai ser uma grande lição para a gente continuar o enfrentamento da pandemia”, afirmou Manoel Pires, pesquisador associado do Ibre/FGV.

Para o analista, no que diz respeito à retomada das atividades, as medidas adotadas no Brasil em relação à presença nas escolas precisam ser repensadas devido às implicações futuras, com aumento da pobreza e queda na renda. A opção pela volta gradual das aulas dentro dos protocolos de segurança é, para Pires, medida fundamental como política de resposta à crise econômica.

“Eles têm sido adotados lá fora e têm sido até responsáveis por evitar a aceleração da contaminação”, ressaltou ele, observando que o custo social de crianças fora da escola será muito alto para o país.

Outro aspecto levantando por Pires diz respeito aos estímulos econômicos. “Logo depois que os países tentaram uma estratégia de normalização, houve muito subsídio para consumo em setores muito afetados na pandemia”, ressaltou ele, citando restaurantes e turismo. Para o especialista, essas medidas, na verdade, aceleraram a contaminação, sem necessariamente produzir efeitos duradouros sobre a economia.

“É muito mais custo-efetivo a gente continuar com políticas que tentam preservar as empresas e proteger os trabalhadores, como foi feito na primeira onda. Isso diminuiu custos com o sistema de saúde e os próprios custos de manutenção das empresas.”

Pires defendeu que é importante montar uma estratégia de retirada desse tipo de estímulo, mas de forma gradual para que economia suporte. “O que de certa forma está sendo feito pelo governo neste trimestre”, destacou, para observar ainda que o país demorou a acertar a mão nas políticas de crédito para empresas, de forma que pudessem proteger mais o capital físico.

No âmbito de Estados e municípios, ele observou que a ampliação do sistema de saúde foi bem-sucedida, mas boa parte da arrecadação está sustentada nos estímulos - por isso a importância de determinar quais suportes financeiros serão necessários para os entes em face da situação fiscal “delicada” do país.

Foi a agenda de reformas implementadas no Rio Grande Sul antes de a pandemia da covid-19 chegar ao Brasil o diferencial que ajudou o Estado a suportar o impacto econômico da crise sanitária, afirmou Marco Aurélio Santos Cardoso, secretário estadual da Fazenda, que participou do debate. Segundo ele, a escassez de recursos que pressiona cada vez mais os entes federativos impõe o desafio de fazer escolhas entre as despesas e de construir políticas focadas no equilíbrio fiscal.

“Até agosto, tivemos uma economia de mais de R\$ 300 milhões em relação gasto nominal do ano passado, especialmente em despesas de pessoal e previdência, que tinham crescimento”, observou.

Para Flávio Ataliba, secretário-executivo de Planejamento e Orçamento do Ceará e pesquisador associado do Ibre/FGV, desburocratizar serviços e antecipar choques serão desafios para o país sobreviver à crise. Segundo ele, o modelo atrelado a excesso de normas e regulamentos engessa o setor público e dificulta a resposta às crises extraordinárias.

“Nesse aspecto, uma questão fundamental que já coloco é a necessidade que os Estados precisam ter de antecipar os choques ou ter a capacidade e flexibilidade para atenuar esses impactos”, afirmou.

Ataliba ressaltou que o Ceará já vinha em movimento de expansão dos investimentos, e que a organização fiscal minimizou os prejuízos ocasionados pela pandemia.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

Chegou em Salvador o tratamento indolor para joanete mais eficiente do Brasil.
MÉTODO HALLUX

LINK PATROCINADO

Famoso ex jogador do Flamengo revela como secou barriga de cerveja
FASTIO

LINK PATROCINADO

Acaba hoje! Ray-Ban com 50% de desconto
ÓCULOS NOW

LINK PATROCINADO

Tênis Caterpillar mais vendido de 2019. Agora com preço reduzido
TÊNIS CATERPILLAR

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!
FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

LINK PATROCINADO

Kit 5 Camisetas Lacoste por apenas R\$349,00 com frete grátis. Aproveite!
KIT BRANDS

Congresso derruba veto e garante desoneração da folha até 2021

Existe risco de judicialização da matéria

Por Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro, Renan Truffi e Vandson Lima — De Brasília

05/11/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Gomes: senador reconheceu que derrota do veto preserva empregos, mas não afastou hipótese de judicialização — Foto: Jefferson Rudy/Agência Senado

O Congresso decidiu ontem que a desoneração da folha de salários de 17 setores da economia será estendida até dezembro de 2021 para evitar demissões nessas áreas e rejeitou com apoio expressivo o veto à prorrogação. Na Câmara, foram 430 votos pela derrubada e apenas 33 favoráveis à reoneração a partir de janeiro. No Senado, foram 64 votos a dois. Serão beneficiadas empresas de vestuário, tecnologia da informação (TI), comunicação, transporte, máquinas e equipamentos e a construção civil.

O impasse sobre a desoneração perdurava desde julho. A proposta foi incluída pelo deputado Orlando Silva (PCdoB-SP) na medida provisória (MP) que permitiu o corte de salários e redução de jornada de trabalho para preservar empregos durante a pandemia da covid-19. O governo inicialmente era contra a prorrogação e vetou, tentou negociar alternativas, mas, diante do amplo apoio no Congresso, aceitou a queda do veto com o compromisso de que as empresas manterão 6 milhões de empregos. O impacto fiscal será de cerca de R\$ 10 bilhões, sendo R\$ 4,9 bilhões em 2021 e R\$ 4,9 bilhões em 2022.

Desoneração da folha

Lista dos setores atendidos com a derrubada do veto presidencial

- Calçados
- Call Center
- Comunicação
- Confeção/vestuário
- Construção civil
- Empresas de construção e obras de infraestrutura
- Couro
- Fabricação de veículos e carrocerias
- Máquinas e equipamentos
- Proteína animal
- Têxtil
- TI (Tecnologia da informação)
- TIC (Tecnologia de comunicação)
- Projeto de circuitos integrados
- Transporte metroferroviário de passageiros
- Transporte rodoviário coletivo
- Transporte rodoviário de cargas

Fonte: Congresso Nacional

O líder do governo no Congresso, senador Eduardo Gomes (MDB-TO), foi o principal negociador e disse que “acha” que não haverá recurso ao Judiciário. “O governo entende que está abrindo mão de uma receita sem uma fonte alternativa segura, mas que do contrário haveria aumento do desemprego”, disse. Segundo o emedebista, as empresas beneficiadas pela desoneração assumiram o compromisso público de manutenção de 6 milhões de empregos e poderão agora fazer seu planejamento para 2021.

Sobre a judicialização, Gomes foi evasivo: “Acho que não [vai judicializar]”, disse inicialmente. O líder foi questionado, então, se estava dando uma “garantia” em nome do Palácio do Planalto. “Não, aí é pauta de governo”, completou.

Já o líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (MDB-PE), alertou que será preciso pedir ao relator da peça orçamentária uma alteração no texto porque ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) questionaram eventual inconstitucionalidade. “Será preciso dar a saída constitucional para que a derrubada não seja judicializada”, disse.

Os governistas sustentaram essa possibilidade num comentário do ministro do TCU, Bruno Dantas, nas redes sociais. “O debate sobre oportunidade e conveniência de se prorrogar isenções fiscais é político e está sendo tratado no foro competente: o Congresso. Juridicamente, porém, vejo inconstitucionalidade na lei que pode surgir da derrubada do veto por afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal”, disse.

Deputados e senadores defenderam manter a desoneração em 2021 para evitar demissões em meio à crise econômica provocada pela covid-19. “Essa é a única saída para manter empregabilidade e um giro na economia brasileira. Depois de muitos percalços, depois de o governo vacilar muito, houve esse acordo e o Congresso fez o que precisava fazer. Não houve vencedores nem vencidos. Se não tivéssemos votado hoje, poderíamos ter criado um verdadeiro caos na economia”, disse o líder do PSL no Senado, major Olímpio (SP).

O único partido contra a derrubada foi o Novo, que argumentou que era preciso a desoneração para todas as empresas e não apenas para alguns segmentos intensivos em mão de obra. O ministro da Economia, Paulo Guedes, tentou realizar essa desoneração “horizontal”, mas não teve apoio porque dependeria da criação de um novo imposto, nos moldes da extinta CPMF.

A política de desoneração da folha foi criada pelo governo Dilma em 2012 para estimular a criação de empregos. As empresas beneficiadas pagam um percentual sobre o faturamento a título de encargos trabalhistas ao invés de 20% sobre os salários. Esse programa já foi ampliado para mais setores e depois reduzido a partir da crise fiscal de 2015. A última versão, limitada a 17 atividades com maior número de empregados, acabaria agora em dezembro, mas os parlamentares decidiram prorrogar por mais um ano para evitar demissões.

Os deputados e senadores não chegaram a um entendimento para votar os outros vetos mais polêmicos. Segundo parlamentares, foi o próprio líder do governo que pediu para adiar os vetos à transição para o novo marco do saneamento. A intenção dele seria negociar a manutenção desse veto na Câmara porque no Senado a maioria é contra.

Eles também decidiram adiar a análise dos 24 vetos ao pacote anticrime. O próprio governo defende derrubar 15 deles, mas partidos como PT e PSDB defenderam que é melhor deixar a análise para depois das eleições porque aliados do presidente Jair Bolsonaro poderiam usar isso politicamente contra seus candidatos. Além disso, não há consenso sobre quais dispositivos devem ser aprovados e quais não e a votação durará dias.

A Constituição obriga que todos os vetos sejam analisados antes de projetos orçamentários, mas os partidos fizeram acordo para votar 29 deles ontem e não travar a execução orçamentária do governo. Ao todo, foram remanejados ou realocados R\$ 27,1 bilhões, mas o maior embate se deu em torno de R\$ 6,1 bilhões destinados a obras dos Ministérios do Desenvolvimento Regional e da Infraestrutura e gastos indicados pelos parlamentares. A oposição protestou que R\$ 1,4 bilhão saiu da Educação, mas ouviu a promessa que esses recursos serão recompostos em outro projeto de lei na sessão do dia 18.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

As melhores oportunidades de negociação 24/7

IC MARKETS

LINK PATROCINADO

Chegou em Salvador o tratamento indolor para joanete mais eficiente do Brasil.

MÉTODO HALLUX

LINK PATROCINADO

Dispositivo antirronco americano faz sucesso entre os brasileiros e auxilia no sono

AIRSLEEP BRASIL

LINK PATROCINADO

Confira o pretinho que esta em alta!

VIBE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Famoso ex jogador do Flamengo revela como secou barriga de cerveja

FASTIO

LINK PATROCINADO

Acaba hoje! Ray-Ban com 50% de desconto

ÓCULOS NOW

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

'Vamos ter que ter imposto digital mesmo', diz Guedes

VALOR INVESTE

Após recorde de produção em Carajás, Vale está no caminho da estabilização, diz presidente

VALOR INVESTE

França promete ajuda financeira para minimizar impacto de novo "lockdown" na economia

Mais do Valor Econômico



EUA registram pela 1ª vez mais de 100 mil casos diários de covid-19

Desde o início da pandemia, quase 9,5 milhões de casos de covid-19 foram confirmados no país

05/11/2020 10:16 — Em Mundo

Racha político nos EUA eleva riscos à economia

Divisões políticas que ficaram evidentes nesta eleição nos EUA vão dificultar com que o país atue com decisão para enfrentar os graves riscos econômicos dos próximos meses

Por Mohamed El-Erian — Para o Financial Times

05/11/2020 05h00 - Atualizado há 5 horas

Na esteira da eleição presidencial americana, há três coisas que estão claras e que prenunciam problemas para a economia dos EUA e para muito além dela.

A eleição confirmou que os EUA continuam sendo um país profundamente dividido, com desafios cada vez maiores que ameaçam tanto esta geração quanto as gerações futuras. Apesar de um sinal de alerta coletivo sob a forma de uma grave crise de saúde e econômica, o país parece pouco disposto e também incapaz de abraçar as medidas decisivas necessárias.

A pouca disposição vem das diferenças fundamentais de opinião sobre qual seria a melhor forma de implementar as reformas econômicas e financeiras ao mesmo tempo em que se enfrenta, com urgência, a ameaça da covid-19. A incapacidade se deve a um Congresso provavelmente dividido, onde o dano infligido nos últimos anos à colaboração mais básica entre os partidos foi acentuado pela pressão dos últimos 30 dias em aprovar a nova juíza para a Suprema Corte. Se Joe Biden vencer, pode haver um período de instabilidade até ele assumir. É improvável que haja muita cooperação com o governo Trump, o que agravará a incerteza dos próximos meses.

O que está em risco não são apenas as reformas voltadas para o mais longo prazo, que tentam restringir uma nova queda da produtividade, mas também medidas que deem maior insegurança econômica às famílias e combatem o agravamento da desigualdade social. Está em risco ainda a saúde e o esforço econômico de curto prazo para ajudar o país a se recuperar do considerável prejuízo causado pela primeira onda de covid-19.

Em segundo lugar, as profundas divisões também levam a concluir que a segunda onda que ganha da epidemia, que avança agora, tende a se agravar muito antes de uma recuperação despontar no horizonte. Profundamente divididos, os Estados tendem a adotar respostas distintas a um vírus que é comum a todos e que desconhece fronteiras geográficas. Incapaz de impor uma posição uniforme, mesmo se quisessem, os EUA tendem a reproduzir a experiência do Reino Unido, pela qual as abordagens regionais fracassaram. O que se seguiu lá foi um lockdown geral necessário para proteger o sistema de saúde e restabelecer um sistema factível de testagem e rastreamento, sobrecarregado por um número cada vez maior de infecções, hospitalizações e mortes trágicas.

Em terceiro lugar, o Federal Reserve (Fed, o BC dos EUA) será novamente pressionado vez a fazer mais com instrumentos de política monetária cada vez menos eficazes e inevitavelmente distorsivos. A concepção de política monetária tradicional continuará a ceder terreno à medida que o Fed enfrentar pressão para proteger o país de riscos que são difíceis de precificar.

Essa incursão de risco ainda maior em políticas monetárias não convencionais e experimentais será de pouca ajuda para estimular a economia. Em vez disso, tenderá a criar novas distorções nos mercados financeiros, aumentar o incentivo para que se assumam riscos de maneira irresponsável e levar a uma má distribuição de recursos por toda a economia. Isso aumentará a ameaça de instabilidade financeira. Nesse processo, a já grande distância Wall Street e a vida do cidadão comum vai se ampliar, reforçando os desafios políticos e econômicos.

Esses três desafios reais e à economia americana se traduzem numa perspectiva mais difícil tanto no curto quanto para no longo prazo. Implicam uma oferta menos dinâmica e uma demanda menos aquecida. O crescimento do bolo da economia não apenas será menor do que o necessário. Ficará aquém também do que os dois lados da cena política consideram possível, segundo seus enfoques diferentes, o que alimentará um caótico jogo de recriminações mútuas, que minará ainda mais o tecido social. As divisões internas americanas vão impedir a retomada rápida de tradicional papel do país em moldar, influenciar e às vezes impor resultados em foros multilaterais de coordenação econômica. Aumentarão também o risco de desglobalização e de um maior uso de instrumentos econômicos e de investimentos como arma.

Independentemente de quem vença esta eleição eletrizante, os EUA politicamente divididos significam uma economia interna mais difícil, numa época em que uma segunda onda de covid-19 já está inibindo a atividades em boa parte do Ocidente. A ciência obrigará os políticos a agir, mas o risco de desarranjos econômico e financeiro cresce consideravelmente.

Em última análise, a combinação de mais uma emergência de saúde, enfraquecimento da economia e maior instabilidade financeira obrigará o governo dos EUA a tomar medidas decisivas - mas não sem antes assistir a consideráveis danos infligidos à vida, aos meios de subsistência e ao bem-estar mental desta geração, e talvez das gerações futuras também.

Mesmo com incerteza, montadoras puxam a retomada da atividade

Vendas do setor aceleram, mas indústria põe o pé no freio da produção e força redução de estoque

Por Marli Olmos — De São Paulo

05/11/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Pablo Di Si, da Volkswagen: “Se eu achasse que a recuperação ocorreria em um ano, não teria feito PDV” — Foto: Sílvia Costanti/Valor

Menos de seis meses depois do pico da quarentena, que silenciou fábricas e fechou concessionárias, a recuperação do mercado de carros novos tem surpreendido os vendedores. Outubro registrou o maior volume do ano e o quarto mês consecutivo de crescimento. No caso de lançamentos, há filas de espera de mais de 60 dias. Segundo relatam os vendedores, circula pelas lojas de automóveis o consumidor que readquiriu confiança no trabalho, deixou de gastar com viagem de avião, quer fugir do transporte coletivo ou cansou das aplicações financeiras. Mas a queda nos estoques reflete, ao mesmo tempo, a decisão da indústria que, incerta em relação ao que vem pela frente, reduziu o ritmo de produção, abriu programas de demissão voluntária e cortou turnos.

“As notícias são boas; a única ruim é a falta de carros”, afirma Gilson Andelmi, diretor de vendas do Grupo Amazonas, empresa paulista que reúne concessionárias das marcas Fiat, Jeep, Peugeot, Citroën e Ford. Nas lojas do grupo, “falta um pouco de tudo”. Mas a maior fila de espera, em torno de 60 dias, é para quem quer a nova picape Strada, da Fiat. Isso vale, diz, tanto para a versão cabine simples como a dupla.

Velho normal

Venda de veículos mantém ritmo de recuperação

Emplacamentos



Fonte: Fenabrave * Em mil unidades

Em outubro, foram emplacados 215 mil veículos, incluindo caminhões e ônibus, volume 3,54% maior do que em setembro. A recuperação é mais evidente quando se leva em conta que o número de dias úteis foi igual ao de setembro, já que os licenciamentos são feitos quando os postos do Detran funcionam.

“Notamos que os clientes estão mais confiantes, tomando a decisão de compra, facilitada pela oferta de crédito”, afirma Alarico Assumpção Júnior, presidente da Federação Nacional da Distribuição de Veículos (Fenabrave), que representa os concessionários. Há seis meses, quando o setor operava com quedas de vendas em torno de 80% em relação a 2019, Assumpção Júnior estava envolvido em reuniões com prefeitos de todo o país, quase suplicando que autorizassem a reabertura das lojas.

O cenário mudou, mas não o suficiente para convencer os fabricantes de veículos, menos preocupados com o dia a dia dos balcões de venda e mais atentos ao cenário geral. Embora o ritmo seja de recuperação, na comparação com um ano atrás volumes mensais e acumulados no ano estão menores.

As vendas de outubro caíram 15,11% em relação ao mesmo mês de 2019. No acumulado de dez meses, o licenciamento de 2,47 milhões de veículos representou retração de 25,74% em relação ao mesmo período do ano passado. Isso significa que em quase um ano o mercado brasileiro encolheu um quarto.

E não vai se recuperar tão cedo; não em menos do que três ou quatro anos, segundo o presidente da Volkswagen na América Latina, Pablo Di Si. “Se eu achasse que fosse em um ano, não teria feito PDV”, afirma, em relação ao programa de demissões voluntárias, aberto há algumas semanas na montadora e sem prazo definido para terminar. “Precisamos ter muito cuidado com o caixa”, afirma Di Si. Como toda a indústria automobilística, a Volks está sob pressão da matriz para evitar prejuízos no Brasil.

Segundo Di Si, a falta de produtos é resultado da estratégia da companhia de reduzir estoques. Ao mesmo tempo, reflete “problemas pontuais”, decorrentes da própria pandemia, como a logística de peças e dos veículos. “Como negócio é mais saudável trabalhar com menos estoques e sem lojas obrigadas a dar grandes descontos para vender”, destaca.

Mesmo assim, Marcos Leite, gerente de vendas da Amazon, concessionária Volkswagen, gostaria de ter mais carros em estoque. Há dez dias ele esgotou as vendas do Nivus, último lançamento da marca, para este mês. Quem quiser o modelo terá de esperar até dezembro. O Tiguan, veículo importado, não chegará à concessionária antes de fevereiro ou março, diz. Segundo Leite, desde setembro, o mercado de novos está em torno de 90% do que era antes da pandemia.

O carro transformou-se num bem cobiçado por quem ficou com mais dinheiro no bolso porque deixou de embarcar num passeio ao exterior, por exemplo.

Para compensar a redução nos descontos, que acompanham a queda nos estoques, os concessionários valorizam mais o carro usado, que também tem sido bastante procurado, principalmente por quem decidiu fugir do transporte público em razão da pandemia. Em alguns casos, o veículo não chega sequer a ser exposto na loja. É vendido, por meio de fotos, antes de o dono levá-lo à concessionária para trocar pelo novo.

E entre o público que circula nas concessionárias começam a aparecer também as novas gerações; aquelas que, diziam, não queriam nem saber de ter carro próprio.

Leite, o gerente da Amazon, já tinha desistido de tentar convencer a filha mais velha, Camila, de 21 anos, de que nada se compara à sensação de liberdade de um carro próprio. Mas foi sempre a bordo dos trens de metrô que ela cursou toda a faculdade e no ano passado começou a trabalhar.

A pandemia mudou um pouco esse conceito de compartilhamento. O carro começou a lhe parecer solução segura para o transporte em caso de emergência e para os dias de chuva, quando os preços do Uber disparam.

Na semana passada, Camila concluiu as provas para tirar a carteira de habilitação. “Meu pai ficou mais feliz do que eu”, conta. Mas a jovem administradora confessa que também começa a tomar gosto pela “sensação de poder ir e vir” livremente. Só sente medo por ter que prestar atenção em muitas coisas ao mesmo tempo quando está ao volante. Ela ainda não comprou um carro. Mas o pai já preparou uma lista de ofertas.

A geração de Camila tem, ainda, pela frente, muita coisa para experimentar em termos de mobilidade. A Volks, por exemplo, lançou ontem um serviço de carro por assinatura. Em parceria com a Assobrav, a associação dos revendedores da marca, e a Fleet Solutions, empresa de gestão de frotas do grupo alemão, o serviço oferece aluguel por um ou dois anos. O cliente poderá contratar o serviço on-line ou numa concessionária.

“É uma tendência o consumidor poder escolher entre propriedade ou aluguel. Alguns podem querer ficar com um veículo e depois de um ano dar tchau”, afirma Di Si. A prevalecer o que mostram os resultados de vendas, por enquanto, no Brasil, quem tem acesso ao automóvel está pouco disposto a dar tchau.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por taboola

LINK PATROCINADO

Chegou em Salvador o tratamento indolor para joanete mais eficiente do Brasil.
MÉTODO HALLUX

LINK PATROCINADO

Dispositivo antirronco americano faz sucesso entre os brasileiros e auxilia no sono
AIRSLEEP BRASIL

LINK PATROCINADO

Famoso ex jogador do Flamengo revela como secou barriga de cerveja
FASTIO

LINK PATROCINADO

Só Hoje: Ray-Ban com 60% de desconto em todo site!
ÓCULOS NOW

LINK PATROCINADO

Tênis Caterpillar mais vendido de 2019. Agora com preço reduzido
TÊNIS CATERPILLAR

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!
FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

'Vamos ter que ter imposto digital mesmo', diz Guedes

VALOR INVESTE

Renda de microempreendedor individual segue em queda 6 meses após início de pandemia

VALOR INVESTE

Após recorde de produção em Carajás, Vale está no caminho da estabilização, diz presidente

Indústria cresce pelo 5º mês e zera perda da pandemia

Alta de 2,6% na produção de setembro coloca setor 0,2% acima de fevereiro, último mês antes do isolamento social

Por Bruno Villas Bôas e Arícia Martins — Do Rio e de São Paulo

05/11/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Recuperação disseminada

Atividade da indústria termina terceiro trimestre em alta

■ Evolução mês a mês da produção industrial*



■ Desempenho da produção por categorias econômicas - Em %

	Set20/ Ago20**	Set20/ Set19	Set20/ Fev20
Bens de Capital	7	-2	-5,5
Bens duráveis	10,7	2,2	-2,8
Bens semi e não duráveis	3,7	1,8	0,2
Bens intermediários	1,3	5,5	3,7
Total	2,6	3,4	0,2

22,3% foi quanto a produção industrial cresceu no terceiro trimestre ante o segundo, feitos os ajustes sazonais, depois de recuar 17,5% de abril a junho

Fontes: IBGE, Ibre/FGV *Índice de base fixa com ajuste sazonal (Base: média de 2012 = 100) **Comparação dessazonalizada

A produção da indústria cresceu pelo quinto mês consecutivo em setembro, novamente acima das expectativas do mercado, e eliminou as perdas acumuladas na pandemia, consolidando a percepção de uma retomada em "V" no setor - uma forte queda, seguida de rápida recuperação. O resultado colocou ainda viés mais positivo nas projeções para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) do terceiro trimestre, que deve ter alta na casa de 7% ou mais, estimam economistas.

Apesar do vigor da reação da indústria a partir de maio, a maioria dos analistas vê com cautela o comportamento da produção nos próximos meses. A expectativa é que o ritmo do setor tenha moderação no quarto trimestre, embora ainda positivo. As incertezas estão especialmente elevadas em relação a 2021, diante da retirada dos estímulos do governo e das dúvidas sobre a política fiscal.

Dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostraram crescimento de 2,6% da produção industrial em setembro em relação a agosto, na comparação com ajuste sazonal. A mediana das projeções de analistas ouvidos pelo Valor Data era de alta de 2,4%. Assim, a indústria produziu em setembro 0,2% a mais do que em fevereiro, mês anterior à quarentena.

O setor automotivo foi o principal destaque positivo no mês, com aumento de 14,1% na produção ante agosto. Desde o fundo do poço em abril, quando acumulava queda de 92% frente a fevereiro, a fabricação de veículos cresceu 1.042%. O segmento é relevante na recuperação porque tem longa cadeia de fornecedores, disse André Macedo, gerente na coordenação de Indústria do IBGE.

"Além da volta à normalidade das fábricas, fechadas no início da pandemia, os juros baixos ajudam a recuperar as vendas", disse Macedo. "Os estoques foram normalizados, o que cria um entendimento de que as vendas estão funcionando como canal de escoamento da produção." O menor acúmulo de estoques sugere que o movimento de retomada pode ter continuidade nos próximos meses, afirmou.

A recuperação foi bastante espalhada, com alta de 22 dos 26 ramos pesquisados pelo IBGE na passagem mensal. Outros destaques positivos no mês foram máquinas e equipamentos (12,6%), confecção de artigos do vestuário e acessórios (16,5%), artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (17,1%) e produtos alimentícios (1,2%). Dos 26 ramos, 15 operam acima do nível de fevereiro.

Outro ponto favorável ressaltado por economistas foi a expansão de 3,4% da indústria em relação a setembro de 2019, que interrompeu uma sequência de dez retrações na comparação anual. "A indústria já vinha no negativo nessa comparação mesmo antes da pandemia", observou Paulo Val, economista-chefe da Occam.

Para a MCM Consultores, o resultado renova "sinais de vigor" da indústria na retomada da pandemia, e pode provocar mudança na projeção para o PIB do terceiro trimestre. A consultoria espera alta de 7,7% da atividade em relação ao segundo trimestre, número que pode chegar perto de 10% a depender dos dados do comércio e de serviços de setembro, a serem divulgados nos próximos dias.

Na mesma linha, o Credit Suisse destacou que o aumento da produção mostrou continuidade da recuperação em ritmo forte e colocou viés de alta nas estimativas para o PIB, atualmente de avanço de 7% no terceiro trimestre e recuo de 4,8% em 2020. O banco suíço listou como fatores que impulsionaram a atividade industrial a flexibilização do distanciamento social, o pacote fiscal "robusto" e as condições mais frouxas de crédito.

Paulo Val acredita que as medidas do governo - auxílio emergencial, liberação de recursos do FGTS e política antidesemprego - contribuíram para a recuperação "forte e disseminada" da indústria nos últimos meses, ao elevarem o consumo das camadas mais vulneráveis. Ao mesmo tempo, disse pessoas de renda maior também consumiram mais bens porque abandonaram várias atividades que dependem de interação social, o que também estimulou a produção.

Ele pondera que a recuperação em "V" da indústria não se repete em toda a economia. Com o setor de serviços se recuperando mais lentamente que os demais, o PIB não deve retomar o nível pré-crise no terceiro trimestre. "O dado da indústria é muito forte e daria um viés positivo para o terceiro trimestre, mas temos a contrapartida de serviços, que é a grande interrogação."

Luana Miranda, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), disse que os dados da produção de setembro foram "muito bons" e reforçaram o cenário para a retomada da economia no terceiro trimestre. Nas estimativas do Ibre, o PIB cresceu 7,1% de julho a setembro ante os três meses anteriores (dessazonalizado).

Para ela, porém, as mesmas medidas de suporte à renda que contribuíram para o bom desempenho da indústria geram incertezas ou até pessimismo, olhando à frente. Para o quarto trimestre, a visão é mais “conservadora”, por causa da redução do auxílio emergencial, mas ainda positiva.

“A grande dúvida são os primeiros meses de 2021. Com a economia sem nenhum auxílio, a renda e o mercado de trabalho devem piorar, com impacto negativo na produção”, disse a pesquisadora, citando ainda a incerteza sobre a política fiscal, com a indefinição sobre a manutenção do teto de gastos e a criação de um programa de renda básica. “Enquanto o governo não trouxer clareza, é difícil ter uma visão mais otimista.”

A Panthon Macroeconomics teme “tempos difíceis à frente” para indústria, devido à deterioração no mercado de trabalho, à redução de estímulos monetários e fiscais e à incerteza econômica global. Preocupa uma possível segunda onda de covid-19, o que exigiria novos ‘lockdowns’ e atingiria o setor manufatureiro. “Esse não é nosso cenário-base, mas a ameaça é real”, comentou Andres Abadia, economista-sênior da consultoria.

A Guide Investimentos alerta para o desempenho ruim do mercado de trabalho. Com quase 14 milhões de desempregados, a tendência seria de perda de força no consumo de bens. “Além disso, as confusões trazidas pelo desarranjo de expectativas no âmbito político, que têm a incerteza quanto à sustentabilidade fiscal de longo prazo do país como agravante, podem moderar o ritmo de recuperação”, afirmou a corretora, em relatório.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

E-book gratuito para facilitar a comunicação entre você e seu consumidor!

MOVIDSK

LINK PATROCINADO

As melhores oportunidades de negociação 24/7

IC MARKETS

LINK PATROCINADO

Chegou em Salvador o tratamento indolor para joanete mais eficiente do Brasil.

MÉTODO HALLUX

LINK PATROCINADO

Os preços atuais para implantes dentários podem te surpreender

IMPLANTES DENTÁRIOS | LINKS PATROCINADOS

LINK PATROCINADO

Chocante: depois de ver este vídeo você nunca mais vai comer um morango sem lavá-lo

CONSELHOS E TRUQUES

LINK PATROCINADO

Marido não consegue acreditar quando garçõete lhe passa um bilhete depois que sua esposa sai da mesa

CAR NOVELS

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

Renda de microempreendedor individual segue em queda 6 meses após início de pandemia

VALOR INVESTE

'Vamos ter que ter imposto digital mesmo', diz Guedes

VALOR INVESTE

França promete ajuda financeira para minimizar impacto de novo “lockdown” na economia

Mais do Valor Econômico

Petróleo opera em queda diante de possíveis impactos da eleição nos EUA

Investidores consideram perspectivas econômicas em cenário com Casa Branca sob comando democrata e Senado com maioria republicana

05/11/2020 10:22 — Em Finanças

Petrobras vai vender 28 campos na Bahia

Decisão representa saída da estatal de último grande polo terrestre de produção de petróleo

Por André Ramalho e Gabriela Ruddy — Do Rio

05/11/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Ao lançar o processo de desinvestimentos de um novo pacote com 28 campos em terra na Bahia, ontem, a Petrobras colocou à venda o seu último grande polo de extração de petróleo “onshore” de sua carteira. De saída da produção em terra, a companhia disponibilizou ao mercado praticamente toda a sua base de ativos, em um movimento que se acentuou nos últimos meses e que tem atraído novos agentes para o Brasil.

Em 2020, a Petrobras mudou a estratégia e passou a ofertar ativos maiores, em meio ao choque de preços do petróleo que tende a mexer na precificação dos campos. O Polo Bahia Terra, divulgado ontem, totaliza produção média de 14 mil barris diários de petróleo - volume pequeno se comparado ao pré-sal, mas expressivo para a realidade do ambiente “onshore”. Para dimensionar melhor o tamanho do ativo, um potencial comprador do polo baiano incorporaria um volume suficiente para figurar no ranking dos dez maiores produtores de petróleo do país.

Até então, a empresa vinha oferecendo ao mercado ativos pequenos, mas nos últimos meses aumentou o tamanho dos polos à venda. Nesse sentido, iniciou desde junho os desinvestimentos do Polo Potiguar (23,5 mil barris/dia), no Rio Grande do Norte; do Polo Urucu (15 mil barris/dia), no Amazonas, e, ontem, do Polo Bahia Terra. Em cerca de cinco meses, a companhia também lançou a venda do Polo Carmópolis (10 mil barris/dia) e um menor, o Polo Alagoas (1,6 mil barris/dia). Juntos, esses cinco pacotes respondem por 80% da produção da Petrobras em terra - da ordem de 80 mil barris/dia, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Ainda com base nas informações do órgão regulador, todos os 15 maiores campos “onshore” operados pela estatal estão, hoje, à venda.

A Petrobras acelerou a sua saída do “onshore” nos últimos meses em meio à queda dos preços do petróleo, que reforçou a estratégia da estatal de se livrar de ativos com custos operacionais mais elevados. A intensificação dos desinvestimentos ocorre também em meio à proximidade do prazo fixado pela ANP - adiado em situações anteriores - para que a empresa se desfaça dos ativos que não lhe interessam mais até o fim do ano.

A Petrobras colocou os primeiros ativos à venda em 2016, mas foi só em 2019 que ela começou a concretizar os primeiros negócios. Desde então, a empresa vendeu US\$ 850 milhões em ativos terrestres - incluindo negócios ainda pendentes de conclusão.

A saída da estatal do “onshore” tem representado oportunidade para a expansão de pequenas petroleiras no país, a maioria suportada por fundos de private equity, como 3R Petroleum (controlada pela Starboard), Karavan Oil (apoiada pelo Seacrest Capital) e a PetroRecôncavo (que conta com investimentos do fundo Opportunity). Essas três empresas têm sido ativas em aquisições de campos maduros no Brasil e são candidatas naturais aos desinvestimentos da Petrobras no “onshore”.

Além delas, outras produtoras, maiores, estão de olho nos campos “onshore” da Petrobras. A Eneva manifestou interesse na compra de Urucu, no Amazonas. Recentemente, o presidente da Enauta, Décio Oddone, disse que a empresa tem cerca de R\$ 2 bilhões em caixa e promete ir às compras, para recompor sua carteira. Até então focada em águas profundas, a ideia é ampliar os horizontes e olhar “sem restrições” para outras oportunidades de negócios, incluindo campos maduros em terra.

Disponibilidade de caixa dos Estados é recorde, diz Tesouro

Soma de R\$ 165,8 bilhões em recursos conjuntos supera em 35% o volume do ano passado

Por Fabio Graner — De Brasília

05/11/2020 05h00 · Atualizado há 5 horas



Pricilla Santana: alguns Estados têm situação fiscal melhor que a da União — Foto: Reprodução/YouTube

Os Estados estão, em conjunto, com o maior nível de disponibilidade de caixa da história, de acordo com dados do Tesouro Nacional. O volume verificado no segundo quadrimestre do ano foi de R\$ 165,8 bilhões, 35% acima do verificado no ano passado e 77,7% maior do que em 2015. A série tem início em 2000.

Os números foram divulgados ontem pela subsecretária de relações financeiras e intergovernamentais do órgão, Pricilla Santana, em um seminário virtual promovido pela Instituição Fiscal Independente (IFI).

O saldo reflete os repasses de recursos federais para os entes federativos em meio à pandemia da covid-19 e a recuperação de receitas que já vem ocorrendo com a retomada da atividade econômica. E evidencia também alguma dificuldade em executar algumas políticas públicas.

Depois de um baque inicial com as medidas de paralisação, a reabertura da economia tem levado os governos estaduais a ter alta na arrecadação nos últimos meses. Com isso, como mostram dados do Tesouro atualizados na semana passada, o suporte do governo federal tem sido mais que suficiente para compensar as perdas na fase aguda da crise.

Diante desse caixa volumoso e da retomada na arrecadação, Pricilla disse que a situação dos Estados hoje, de forma mais geral, é melhor do que a da União em termos fiscais, com algumas exceções. “Seja pela retomada da arrecadação, seja pelas transferências feitas pela União, a gente consegue enxergar que os Estados estão em situação melhor do que a União no pós-pandemia”, afirmou ela, brincando que iria pedir dinheiro emprestado aos entes.

Apesar desse quadro mais recente, a subsecretária destaca os desafios que os Estados precisam equacionar para sair da crise fiscal crônica em que se encontram. Na sua visão, o principal deles é equacionar as despesas, principalmente com pessoal.

A técnica do governo mostrou dados que evidenciam que nove estados estão com gasto com pessoal acima do limite de 60% da receita permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), mas que não se ajustam porque usam outra metodologia de apuração, com respaldo dos tribunais de contas locais.

Nesse sentido, ela também destacou que o Tesouro será mais rigoroso com esses entes federativos que estão no programa de ajuste fiscal (PAF) do órgão. A ideia é trabalhar com um limite de pessoal de 57% da receita para quem quiser acessar operações de crédito com aval da União. “Há um problema no gasto com pessoal”, disse Pricilla.

Para ela, os Estados não têm alto endividamento, salvo os quatro maiores do país (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo). Após uma escalada na primeira metade da década passada, a trajetória desse indicador, segundo ela, foi controlada nos últimos anos com o aumento na restrição para a realização operações de crédito com aval da União, a partir da nova metodologia de classificação de risco dos Estados e municípios, a “nova Capag”, no jargão técnico.

Ela destacou ainda que, na primeira década deste século, os Estados vinham conseguindo aumentar seus investimentos sem necessidade de tomar dinheiro emprestado e que essa situação mudou depois dos impactos da crise financeira internacional, iniciada em 2008.

Dessa forma, Pricilla chamou atenção para a necessidade de esses entes colocarem suas contas em ordem pelo lado da despesa, mas também por medidas como a revisão de renúncias fiscais. Segundo ela, os benefícios dados por meio do ICMS representam quase um quinto das receitas totais desse tributo.

Apesar do caixa robusto, os Estados reclamam de suas condições fiscais e buscam um entendimento com o governo federal e o Congresso para melhorar suas contas. Novas medidas de socorro, acopladas a regras de ajuste fiscal permanente, estão sendo discutidas no âmbito do antigo “Plano Mansueto”, que agora está sendo tocado pelos deputados Mauro Benevides (PDT-CE) e Pedro Paulo (DEM-RJ).

Anteontem, houve reuniões de alguns governadores com o secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, sobre o tema, mas ainda não foi apresentada uma versão final do plano.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados por **taboola**

LINK PATROCINADO

As melhores oportunidades de negociação 24/7
IC MARKETS

LINK PATROCINADO

Chegou em Salvador o tratamento indolor para joanete mais eficiente do Brasil.
MÉTODO HALLUX

LINK PATROCINADO

Confira o pretinho que esta em alta!
VIBE ÓCULOS

LINK PATROCINADO

Acaba hoje! Ray-Ban com 50% de desconto
ÓCULOS NOW

LINK PATROCINADO

Famoso ex jogador do Flamengo revela como secou barriga de cerveja
FITO ONE

LINK PATROCINADO

O jogo mais viciante do ano!
FORGE OF EMPIRES - JOGO ONLINE GRÁTIS

Conteúdo Publicitário

VALOR INVESTE

'Vamos ter que ter imposto digital mesmo', diz Guedes

VALOR INVESTE

Após recorde de produção em Carajás, Vale está no caminho da estabilização, diz presidente

VALOR INVESTE

França promete ajuda financeira para minimizar impacto de novo “lockdown” na economia

Comentários

Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site. Se achar algo que viole os **termos de uso**, denuncie. Leia as **perguntas mais frequentes** para saber o que é impróprio ou ilegal.

Acesse sua Conta Globo e participe da conversa

Entre e Participe da Conversa

Mais novos ▾

Ainda não há comentários. Seja o primeiro a comentar.